

UNIVERSIDADE VILA VELHA-ES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SEGURANÇA PÚBLICA

**USO DAS INTERVENÇÕES URBANAS COMO ESTRATÉGIA PARA A
DIMINUIÇÃO DA CRIMINALIDADE NA COMUNIDADE DO CÉU AZUL
EM PIÚMA-ES**

LUCIANA TEIXEIRA MOTTA

VILA VELHA - ES
SETEMBRO/2022

UNIVERSIDADE VILA VELHA-ES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SEGURANÇA PÚBLICA

**USO DAS INTERVENÇÕES URBANAS COMO ESTRATÉGIA PARA A
DIMINUIÇÃO DA CRIMINALIDADE NA COMUNIDADE DO CÉU AZUL
EM PIÚMA-ES**

Dissertação apresentada à Universidade Vila Velha, como pré-requisito do Programa de Pós-graduação em Segurança Pública para a obtenção do grau de Mestre em Segurança Pública.

LUCIANA TEIXEIRA MOTTA

VILA VELHA - ES
SETEMBRO/2022

Catálogo na publicação elaborada pela Biblioteca Central / UVV-ES

M921u

Motta, Luciana Teixeira.

 Uso das intervenções urbanas como estratégia para a diminuição da criminalidade na comunidade do Céu Azul em Piúma-ES. / Luciana Teixeira Motta. – 2022.

 66 f.

 Orientador: Marco Aurélio Borges Costa.

 Dissertação (mestrado em Segurança Pública) - Universidade de Vila Velha, 2022.

 Inclui bibliografias.

 1. Segurança Pública. 2. Lazer – Aspectos Sociais. 3. Criminalidade Urbana. I. Costa, Marco Aurélio Borges. II. Universidade Vila Velha. III. Título.

CDD 363.3

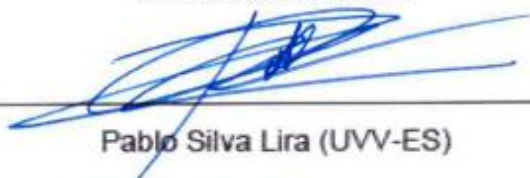
LUCIANA TEIXEIRA MOTTA

**USO DAS INTERVENÇÕES URBANAS COMO ESTRATÉGIA
PARA A DIMINUIÇÃO DA CRIMINALIDADE NA COMUNIDADE
DO CÉU AZUL EM PIÚMA-ES**

Dissertação apresentada à
Universidade Vila Velha, como pré-
requisito do Programa de Pós-
graduação em Segurança Pública
para a obtenção do grau de Mestre
em Segurança Pública.

Aprovado em 02 de setembro de 2022.

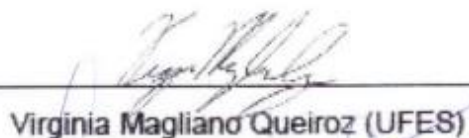
Banca Examinadora:



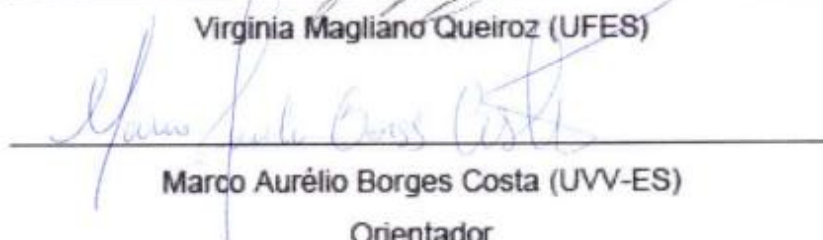
Pablo Silva Lira (UVV-ES)



Ana Paula Rabello Lyra (UVV-ES)



Virginia Magliano Queiroz (UFES)



Marco Aurélio Borges Costa (UVV-ES)

Orientador

Dedico essa pesquisa a meu melhor amigo
e companheiro Leandro.

AGRADECIMENTOS

Os meus agradecimentos aos que acreditaram no meu potencial e capacidade, de conseguir vivenciar toda a experiência de uma pesquisa etnográfica. Agradeço aos que colaboraram para que fosse possível sua realização. Ao meu orientador que teve paciência e dedicação em me colocar no trilho correto para a pesquisa. Ao meu melhor amigo e esposo, que esteve no mesmo barco e mesmo assim teve calma e paciência em me auxiliar. Aos meus amigos e professores pelos anos de apoio na concretização dessa grande conquista, e por fim, a Deus que me deu forças para prosseguir.

“A vida pode mudar a arquitetura. No dia em que o mundo for mais justo, ela será mais simples.”

Oscar Niemeyer

RESUMO

MOTTA, LUCIANA T. M.Sc. Universidade Vila Velha-ES, setembro de 2022. **Uso das intervenções urbanas como estratégia para a diminuição da criminalidade na comunidade do Céu Azul em Piúma-ES.** Orientador: Marco Aurélio Borges Costa.

O estudo está relacionado ao Bairro Céu Azul na cidade de Piúma no Estado do Espírito Santo. Trata-se de verificar quais intervenções urbanas na visão dos moradores pode contribuir com a Segurança Pública. Atualmente, as pessoas têm colocado em segundo plano sua qualidade de vida, e muitas vezes optam em frequentar lugares fechados que aparentemente trazem mais segurança, tornando as praças e locais abertos de lazer menos frequentados e por consequência mais perigosos. A sensação de insegurança e a necessidade de uma cidade viva para a melhoria da qualidade de vida dos moradores se faz necessário para contribuir para a segurança pública e a vida de quem reside no bairro. A pesquisa versa de natureza aplicada, classificada como mista e de abordagem quantitativa e qualitativa, objetivo exploratório, com revisão bibliográfica e documental. Através de um estudo etnográfico, cujos os participantes serão os moradores do bairro objeto do estudo. Através da necessidade dos moradores, planejamento e contribuição da vigilância natural dos moradores, objetiva-se a implantação de uma intervenção urbana que proporcione mais segurança pública e qualidade de vida dos moradores locais.

Palavras-chave: Segurança Pública – Espaço público de lazer – Sensação de insegurança.

ABSTRACT

MOTTA, LUCIANA T. M.Sc. University of Vila Velha – ES, september de 2022.
Use of urban interventions as a strategy to reduce crime in the community of Céu Azul in Piúma-ES. Advisor: Marco Aurélio Borges Costa.

The study is related to the Céu Azul neighborhood in the city of Piúma in the state of Espírito Santo. It is about verifying which urban interventions in the view of the residents can contribute to Public Safety. Currently, people have put their quality of life in the background, and often choose to go to closed places that apparently bring more security, making squares and open leisure places less frequented and therefore more dangerous. The feeling of insecurity and the need for a lively city to improve the quality of life of residents is necessary to contribute to public safety and the lives of those who live in the neighborhood. The research is of an applied nature, classified as mixed and with a quantitative and qualitative approach, exploratory objective, with bibliographic and documentary review. Through an ethnographic study, whose participants will be the residents of the neighborhood object of the study. Through the need of residents, planning and contribution of natural surveillance of residents, the objective is to implement an urban intervention that provides more public security and quality of life for local residents.

Keywords: Public Security – Public leisure space – Feeling of insecurity.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 01 – Antes e Depois em Medellín.....	27
FIGURA 02. Mapa Localização da cidade de Piúma	32
FIGURA 03. Localização do Bairro Céu Azul	33
FIGURA 04. Mapa de Zoneamento da Cidade de Piúma.....	35
FIGURA 05. Entrada do Bairro pela Polícia Civil	36
FIGURA 06. Localidade central do bairro.....	37
FIGURA 07. Áreas mais afastadas do bairro.....	37
FIGURA 08. Praça Saudável Mapa.....	38
FIGURA 09. Praça Saudável vista	
FIGURA 10. Praça Saudável segunda	38
FIGURA 11. Praça Saudável de dia.....	39
FIGURA 12. Escola do Bairro vista	40
FIGURA 13. Escola do Bairro quadra	41
FIGURA 14. Eventos na escola	41
FIGURA 15. Campeonato de Ginástica	
FIGURA 16. Aula de Ginástica.....	42
FIGURA 17. Mapa distância da Praça e da Escola	42
FIGURA 18. Igreja na esquina	43
FIGURA 19. Residência com elementos do CPTED	44
FIGURA 20. Residências no bairro	44
FIGURA 21. Mapa distância da Praça, Escola e nova área proposta	53

LISTA DE SIGLA

CBCs	Comitês de Bairro pela Coexistência
COMPAZ	Centros Comunitários da Paz
COVID-19	Coronavírus
CPTED	Crime Prevention Through Environmental Design
PE	População do estudo
ONU	Organização das Nações Unidas
PROERD	Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	09
1 INSEGURANÇA E MEDO NA CIDADE.....	13
1.1 Segregação sócio espacial e violência urbana (aspectos gerais e locais).....	13
1.2 Insegurança e medo no cotidiano da cidade (aspectos gerais e locais).....	17
2 CRIME PREVENTION THROUGH ENVIRONMENTAL DESIGN.....	20
2.1 A contribuição dos espaços livres para a Segurança Urbana (CPTED).....	20
2.2 Estudo de caso de prevenção do crime através do desenho urbano (CPTED): Medellin.....	25
3 DIAGNÓSTICO DO BAIRRO OBJETO DO ESTUDO.....	32
3.1 Comunidade do Céu Azul.....	32
3.1.1 Diagnóstico e caracterização socioespacial do bairro e perfil socioeconômico.....	34
4 RESULTADOS.....	46
CONCLUSÃO.....	54
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	57
APÊNDICE –	63
PRODUTO TÉCNICO.....	66

INTRODUÇÃO

Essa pesquisa investiga a utilização das intervenções urbanas aplicadas como estratégia para a diminuição da criminalidade na comunidade do Céu Azul em Piúma-ES. Para abordar esse tema é apresentado um capítulo de fundamentação teórica no qual se aponta a questão da segregação socioespacial e da violência urbana desde os seus aspectos gerais e locais, além de investigar também a insegurança e o medo como elementos presentes no cotidiano da cidade.

Como os fatores de violência marcam um território e alteram o crescimento populacional, impactam nas taxas de emprego, alteram o direito à educação, a infância e a adolescência com o crescimento da evasão escolar.

Entre outras questões é debatido o tema do analfabetismo, da distribuição de equipamentos públicos como escolas, creches, parques, hospitais, etc. em vista da efetivação da Segurança Pública. Além disso, é apontada a presença do tráfico de drogas, a distribuição dos efetivos policiais, entre outros elementos que afetam as taxas de criminalidade em um local.

Apresenta no segundo capítulo de discussão aprofundada do tema no qual é destacado a contribuição dos espaços livres para a Segurança Pública. A cidade de Medellín é apresentada como um estudo de caso sobre a prevenção do crime através do desenho urbano (CPTED).

Em um terceiro capítulo é exposto as aplicações e análises do tema com enfoque na Comunidade do Céu Azul, realizado um diagnóstico e a caracterização socioespacial do bairro e o perfil socioeconômico e o mapeamento de vulnerabilidades.

A segregação socioespacial implica em um processo de diferenciação das classes sociais mediante a departamentalização de um território. Essa divisão do espaço público repercute nas dificuldades de acesso a bens primordiais da vida social digna, como o acesso a moradia, ao transporte, a acessibilidade, ao lazer e a Segurança Pública.

Essa pesquisa explora o círculo presente na garantia de serviços públicos de qualidade em um território que conseqüentemente impactam na Segurança Pública de uma região. É investigado como manter o acesso ao transporte público, ao lazer

com ambientes no qual a comunidade possa se integrar de forma sadia ao dia a dia da cidade, a moradia e a infraestrutura repercutem na manutenção da Segurança Pública ao inibir a ocorrência de crimes.

São analisados os sentidos da violência urbana, o uso da força física e a expansão das ocorrências criminosas nas cidades. Nesse sentido, explora a violência como um conceito complexo, cheio de ambiguidades e as possíveis estratégias no seu combate. É enfocada a questão da insegurança e do medo e como esses dois elementos permeiam a vida das pessoas perpetuando crises no sistema de justiça criminal, desigualdade social e segregação urbana.

Discutindo a falta de consenso entre os pesquisadores sobre a expansão do crime na sociedade nacional, a consolidação de uma geografia do medo no qual impera a insegurança em determinadas localidades. Nesse debate, inclui os aportes do direito penal brasileiro em vista dos conflitos econômicos e sociais, são abordadas questões como o vandalismo, degradação, quebra de regras e a expansão da angústia.

Espaços urbanos sem lei crescem no contexto da violência urbana, de modo que a criminalidade passa a ser analisada dentro da estruturação do espaço urbano. Diante disso, é analisado como o debate da Segurança Urbana deve integrar a distribuição de espaços livres de uso público que funcionariam como elemento mitigador da insegurança social.

Essa pesquisa explora a violência e as vulnerabilidades urbanas, como a modificação do espaço urbano pode influenciar na prevenção do crime, logo como a remodelação do desenho urbano permite inibir presenças criminosas.

As práticas preventivas que se dirigem ao combate da criminalidade, os modos como são defendidos os direitos fundamentais dos cidadãos tais como o direito a utilizar os espaços livres da cidade, e diante disso efetivar mecanismos de manutenção da Segurança Urbana.

Buscam as formas de alterar o discurso de combate a um inimigo como forma de inibir a criminalidade, para a integração de um discurso de promoção do espaço público no qual o Poder Público seria o gestor dos espaços livres de recreação e conservação.

Expondo as teorias modernas de relação entre crime e espaço, tal como a “*Defensible Space Theory*”, “*Broken Windows Theory*” e a teoria de atividades rotineiras. É apontado como os planejadores do espaço urbano podem desenvolver sistemas de expansão da inclusão dentro do espaço público, na efetivação da segurança e na sustentabilidade do ambiente.

A teoria “broken windows” no qual é tratada a degradação visual do meio público e os seus impactos nas práticas criminosas e antissociais. É investigada a teoria da “*Environmental Criminology*”, e das dimensões da criminalidade desde a análise da lei, do criminoso, do alvo e do lugar e os seus impactos para a existência do crime. Também a “*Situational Crime Prevention*” e a gestão do espaço público como mecanismo de prevenção das ações criminosas.

Enfatizando o *Crime Prevention Through Environmental Design* - CPTED e como o ambiente influencia no comportamento. Analisa a questão do design dos espaços urbanos e como repercutem nas práticas criminosas. Também as possibilidades de desenho do espaço físico que inibe e mitigue a insegurança e a criminalidade.

Investigando o CPTED, os elementos de controle natural de acesso, a vigilância natural e a territorialidade. Como questões de presença de guardas, cadeados e portões; da visibilidade advinda de janelas e presença de vizinhos; da territorialidade e apropriação das pessoas pelos espaços de seu cotidiano.

Os espaços livres das cidades são entendidos como um direito da pessoa que permite o desenvolvimento da autonomia, da igualdade e da manutenção da vida sadia das pessoas. É percorrido o direito à cidade e a sua relação com o direito à segurança pública, ante o desenvolvimento dos espaços urbanos de uso comum.

Essa pesquisa destaca como é possível estruturar uma cidade viva, com pessoas que podem desfrutar da cidade (fazer práticas como caminhar, pedalar e realizar múltiplas atividades relacionadas com lazer, recreação, esportes e convívio comunitário) e que, devido a essa integração impactam de forma positiva no combate à violência e na construção da Segurança Pública.

Investigando o caso concreto da violência urbana em Medellín e a integração das pessoas no espaço urbano, e a criação de mecanismos de integração do espaço

urbano de combate à criminalidade. Entendendo o caso dos Comitês de Bairro pela Coexistência (CBCs) e os elementos de Prevenção do Crime através do Desenho Urbano (CPTED).

Observado a construção da cidade, as suas características culturais, históricas e social; elementos como a distribuição de transporte, a localização das propriedades e a integração comunitária. Os espaços livres, parques, praças e rua que permitem lazer, convívio e acessibilidade e promovem a paz social.

1 INSEGURANÇA E MEDO NA CIDADE

1.1 Segregação socioespacial e violência urbana (aspectos gerais e locais)

Para contribuir com a discussão, é preciso compreender a conceituação de segregação socioespacial, para dessa forma, concernir como acontece em nossa sociedade.

A palavra segregar, etimologicamente, vem do latim *segrego*, que significa “separar do rebanho” (VASCONCELOS, 2004, p. 260), e pode ser usada no sentido de separar e isolar.

Cavalcanti (2017, p. 145) conceitua a segregação socioespacial como um processo que divide as classes sociais em áreas distintas de uma cidade. Dessa forma, o dia a dia das pessoas que moram nessas regiões está marcado pela insegurança, violência, moradias precárias, falta de infraestrutura e acesso aos serviços básicos e ao lazer.

Vasconcelos (2004, p. 267), consegue contribuir para o estudo trazendo um aspecto de vivência e realidade. Ele afirma que esse dia a dia, pode ser demonstrado de várias formas, tanto no acesso e no quesito moradia, quanto no transporte, acessibilidade e na depreciação dos espaços públicos. Essa segregação socioespacial, vai além desses fatores. Ela restringe direitos e seu uso, o que acaba gerando uma consequência urbanística que isola e afasta ainda mais essa fragmentação. Esse é um fator trazido por Jacobs (2011, p.125) afirmando que nas cidades existem pessoas pobres demais para pagar por uma habitação de qualidade. Ainda mais que em muitas cidades, há uma escassez de oferta de moradia, pois concentra uma superlotação de pessoas nas quais as moradias adicionais para atender esse excesso populacional se fazem com a fragmentação de bairros ou cidades mais próximas do interesse central.

Os estudiosos da Escola de Chicago começaram a usar esse conceito de segregação socioespacial entre as décadas de 30 e 40. Analisavam como diferentes cidades dos Estados Unidos se distribuía. Reconheciam a existência de uma segregação por escolhas naturais.

Após isso, estudiosos da Escola de Sociologia Urbana Francesa trouxeram uma nova visão desse conceito. Onde era reconhecido o processo capitalista na segregação socioespacial, mostrando que a estratificação urbana estava relacionada diretamente com a estratificação social e de classes.

Diante desses aspectos conceituais, se tem conhecimento histórico que no Brasil, o processo de segregação teve sua demonstração entre os anos de 1889 e 1930 a partir da Primeira República. O estado intervia sobre o espaço urbano e a residência dos trabalhadores.

A libertação dos escravos em 1888, trouxe a necessidade dessas pessoas terem suas próprias residências, uma vez que antes disso, moravam nas casas de seus donos e senhores. Porém, essa grande massa que foi liberta não teve condições dignas e nem suporte para se instalarem, tendo apenas os cortiços e lugares mais remotos para se instalarem, segundo trata a autora Vêras (1994, p. 614) em seu texto o seguinte:

Um cortiço típico, tal como foi revelado pela pesquisa municipal de 1893 ocupava o interior de um quarteirão, onde o terreno era geralmente baixo e úmido. Era formado por uma série de pequenas moradias em torno de um pátio ao qual vinha ter, da rua, um corredor longo e estreito. A moradia média abrigava de quatro a seis pessoas, embora suas dimensões raramente excedessem três metros por cinco ou seis, com uma altura de três a três metros e meio. Os móveis existentes ocupavam um terço do espaço. O cubículo de dormir não tinha luz nem ventilação; superlotado, à noite era hermeticamente fechado. Exceto nos cômodos de pessoas naturais do Norte da Europa, o assoalho ficava tão incrustado de lama, que não se viam as tábuas; a umidade do solo onde elas repousavam fazia descascar o papel ordinário e liso das paredes. Estes e os tetos eram pretos de sujeira de moscas e da fumaça do fogão que a chaminé malfeita e malconservada não eliminava convenientemente. As paredes com quadros de mau gosto têm reboco ferido por uma infinidade de pregos e torno de que pendem vários objetos de uso doméstico e a roupa de serviço. Os móveis, desagradavelmente dispostos tem sobre si empilhadas peças de roupa para lavar. O pátio principal fornecia às moradias que o rodeavam uma torneira recalcitrante, um lugar para lavar roupa e uma privada mal instalada. Ladrilhos e calhas geralmente não existiam.

E nessa época, em São Paulo, segundo Mattos (2013, p. 55) houve o uso de estratégias políticas de melhoria e intervenção no espaço urbano que veladamente tinha o objetivo de eliminar os cortiços, retirando os trabalhadores que residiam nas regiões centrais da cidade e acelerando o processo de segregação social, com intervenções públicas e políticas. Diante desse momento, a autora demonstra que a

forma de definir a apropriação dos espaços urbanos se deu através de uma legislação urbana que age delimitando as fronteiras do poder.

Outro fundamento utilizado pelas políticas urbanísticas da época, era o discurso higienista, que explanava para a população que essa localidade, cortiços e grandes concentrações populacional, causava doenças endêmicas. Apenas um mero mascaramento para a real intenção, que era a segregação da classe pobre de zonas centrais e mais almejadas pelas classes mais abastardas.

Pois era uma região habitada principalmente, por ex-escravos e imigrantes. E havia um interesse da classe dominante da população que visava expulsar essas pessoas da área central, que eram pessoas consideradas perigosas para a disciplina urbana desejada.

No Rio de Janeiro um caso marcante para demonstrar a segregação socioespacial, se deu na expulsão dos moradores do cortiço carioca “Cabeça de Porco”, que chegou a ter aproximadamente 2000 habitantes. Sendo sua área desocupada para implantar uma urbanização parisiense.

Para completar esse processo de desocupação e demolição dos casarões, foram realizados sem consentimento ou sequer indenização aos moradores, os obrigando a buscar novos locais para morar e construir, o que conseqüentemente fez surgir as favelas, pois esses moradores buscaram as áreas não habitadas subindo o morro.

Posteriormente a essa desocupação, no século XX, as pessoas não tinham condições financeiras para comprar ou alugar residências formais, a solução desses era migrarem para terrenos ilegais por serem mais baratos e próximos aos seus locais de trabalho, como retrata Magalhães (2020, p. 02).

Este ainda complementa que com o passar dos anos, o crescimento das favelas foi exponencial, devido ao fato de não haver programas suficientes de moradias disponíveis pelo poder público. Com o surgimento dessa população, houve novos problemas sociais e de segurança pública a serem tratados algo que inclusive mascarou o real problema da segregação socioespacial que os levaram até essa situação urbanística e estrutural.

Os estudos de Maricato (2001, p.23), relatam que esse crescimento das periferias urbanas, da década de 80 em diante, cresceram mais que os núcleos ou municípios onde estão agregadas, fato que contribuiu para a instalação de uma pobreza homogeneamente instaurada.

E foi sob essa ótica que surgiram nesse espaço urbano, os condomínios fechados, que segundo Mattos (2013, p. 64), tinha o objetivo de evitar o contato com o perigo existente no “outro”, havendo assim a construção de um novo território: íntimo e seguro.

Caldeira (2003, p. 211) realizou um estudo sobre a segregação socioespacial e resumiu a evolução em três formas diferentes de segregação social:

A primeira estendeu-se do final do século XIX até os anos 1940 e produziu uma cidade concentrada em que os diferentes grupos sociais se comprimiam numa área urbana pequena e estavam segregados por tipos de mora-, dia. **A segunda forma** urbana, a centro-periferia, dominou o desenvolvimento da cidade dos anos 40 até os anos 80. Nela, diferentes grupos sociais estão separados por grandes distâncias: as classes média e alta concentram-se nos bairros centrais com boa infra-estrutura, e os pobres vivem nas precárias e distantes periferias. Embora os moradores e cientistas sociais ainda concebam e discutam a cidade em termos do segundo padrão, uma **terceira forma** vem se configurando desde os anos 80 e mudando consideravelmente a cidade e sua região metropolitana. Sobrepostas ao padrão centro-periferia, as transformações recentes estão gerando espaços nos quais os diferentes grupos sociais estão muitas vezes próximos, mas estão separados por muros e tecnologias de segurança, e tendem a não circular ou interagir em áreas comuns. O principal instrumento desse novo padrão de segregação espacial é o que chamo de "enclaves fortificados". Trata-se de espaços privatizados, fechados e monitorados para residência, consumo, lazer e trabalho. A sua principal justificação é o medo do crime violento. Esses novos espaços atraem aqueles que estão abandonando a esfera pública tradicional das ruas para os pobres, os "marginalizados" e os sem-teto. (grifo nosso)

A autora acredita que a construção dos condomínios fechados se deu pela dificuldade de impor políticas públicas que garantisse a ordem. E para que se sintam protegidas, precisam construir muros.

Essa divisão da sociedade não é algo que se vive nesse século. As cidades medievais, para Roy (2009, p. 32), eram fragmentadas por ruas e cercada por uma muralha que determinava seu espaço e unificava-o conseqüentemente.

Diferente das cidades medievais, a presença dos muros nos condomínios fortificados vem demonstrar um novo modelo de segregação urbana. A nova

separação não se baseia mais em uma heterogeneidade social, mas sim em valorizar desigualdades e separações sociais e humanas.

Há de ser feita reflexão sobre as consequências de ações políticas e sociais que afetaram diretamente a segurança pública da população, por conta da ausência de interferência de programas que auxiliassem a população da época, até os nossos dias, é algo que interfere na vivência social e na segurança pública das pessoas. Porém, há de se considerar que alguns estudos podem contribuir para o início de uma mudança, com finalidade de entender o todo e focar em garantir a inclusão social.

1.2 Insegurança e medo no cotidiano da cidade (aspectos gerais e locais)

A insegurança e o medo está presente nas grandes e pequenas cidades, podemos constatar isso através da observação em nossa volta, de notícias de televisão, aumento do uso de câmera de vigilância, condomínios e prédios cada vez mais fechados, entre outros fatores. Porém, do mesmo modo, os estudos sobre a segurança e os métodos para garanti-la se aprimoram ao longo dos anos e da evolução da sociedade, o que tentaremos expor em diante.

Para entender o fenômeno da insegurança na atualidade, precisa-se primeiramente entender o conceito de violência para determinar as dimensões da insegurança na sociedade brasileira, e como afeta a vida das pessoas.

Misse (2016, p. 46) expõe como é difícil um conceito de violência:

Suspeito que “violência” seja agora, e cada vez mais, uma palavra moderna. Ela não significava o que significa hoje, em toda a sua extensão semântica, antes de começos do século XX. Os sociólogos, os historiadores, os filósofos contemporâneos, geralmente, procuram no seu sentido etimológico a raiz de seu sentido moderno, exercício que pode se configurar inútil porque anacrônico². No sentido antigo, *violentia* tinha significado mais neutro ou menos carregado, seja como *vis* – força, guerra –, seja como *potestas* – poder, domínio. Os dois significados andavam juntos sem maiores problemas.

Zaluar (1999, p. 72) também retrata ser difícil conceituar violência, etimologicamente a palavra violência originária do latim *violentia*, originária da palavra *vis* (Força, Vigor, emprego de força física ou os recursos para força vital). Esse conceito de violência primária, para a evolução da violência atual depende de condições históricas e sociais em que ela ocorra.

Paviani (2016, p. 8), traz o conceito de violência como sendo:

(...) ambíguo, complexo, implica vários elementos e posições teóricas e variadas maneiras de solução ou eliminação. As formas de violência são tão numerosas, que é difícil elencá-las de modo satisfatório. Diversos profissionais, especialmente na mídia, manifestam-se sobre ela, oferecem alternativas de solução; todavia, a violência surge na sociedade sempre de modo novo e ninguém consegue evitá-la por completo.(...)

Já Bauman (2012, p. 27), resume que a insegurança moderna pode se manifestar de várias maneiras, e em geral pelo medo dos crimes e dos criminosos. E prossegue afirmando que as pessoas suspeitam uns dos outros e de seus desígnios, que nos recusamos confiar ou não conseguimos confiar.

Adorno (2002, p. 101) afirma que apesar de não haver um consenso entre os cientistas políticos, no Brasil o crescimento da criminalidade urbana está em expansão e que apesar de não existir um consenso acerca de suas causas, são colocadas três direções que tentam explicar esse crescimento: mudanças na sociedade e padrões de delinquência; crise do sistema de justiça criminal e desigualdade social e segregação urbana.

A adoção da legislação criminal sob a ótica da segregação social e da violência, que até hoje exerce forte influência no direito penal brasileiro, vinha ao encontro dos interesses das elites intelectuais e políticas do período, pois o medo dessas elites, antes centrado nos escravos, agora se volta para a população urbana pobre, e por isso eram necessários novos mecanismos de poder e controle sobre essa nova ameaça, como Mattos (2011, p. 85).

Para Rosa *et al* (2012, p. 828):

Embora a violência urbana seja um fenômeno de dispersa definição, sua representação gira em torno da ameaça a duas condições básicas do sentimento de segurança existencial: a integridade física e a garantia patrimonial.

Esse medo que abarca os moradores de uma localidade, se transforma em uma “geografia do medo”. Um medo transformado de acordo com classe, cor da pele, faixa etária, sexo e local da residência. Esse sentimento influencia as formas de moradia e determinando discursos sobre a violência urbana.

Segundo Roché (1994, p. 15), o sentimento de insegurança nos meios urbanos pode estar relacionado a um aumento de incivilidade e pequenos crimes. Essas incivildades, basicamente, são atos de vandalismo, degradação e rompimento das regras de boa educação, e podem estar associados ao aumento do sentimento de receio e angústia. Em regra, para o autor, tais atos geralmente são leves, porém sua existência expressa tensões na ocupação do espaço e nas relações entre as pessoas. Pois tais atos, passam uma visão de abandono e “falta de lei” aos espaços urbanos.

Acerca da inserção das características da cidade e da violência/ insegurança, Lira (2017, p. 64), conclui dizendo:

A violência influencia a construção, composição e organização espacial da cidade contemporânea na mesma medida que o urbano influencia a consumação ou não de determinados crimes.

Para Kahn (2005, p. 73) é mais nítido o fenômeno da concentração espacial da violência nas cidades onde a separação entre ricos e pobres são mais evidentes. De acordo com o autor, diversos fatores contribuem para “explicar” a racionalidade dessa distribuição: crescimento populacional, diferenças nas taxas de emprego, grande número de famílias constituídas por um só dos pais, evasão escolar, analfabetismo, distribuição de equipamentos públicos (escolas, creches, parques, hospitais, etc.), presença do tráfico de drogas, distribuição dos efetivos policiais, etc. Contudo, adverte o autor que “embora a explicação da distribuição seja complexa, existe um fator, todavia, que isoladamente contribui com elevada parcela para explicar a distribuição observada dos homicídios, e esse fator é o nível socioeconômico do bairro.”

Tudo isso, converge com a análise exposta por Roché (1994, p. 17) acerca da insegurança no cotidiano. Para ele, o sentimento de insegurança além de se relacionar com o que define “preocupação com a ordem”, as incivildades, também estaria conectada com o medo. Um medo difuso, uma sensação de angústia sem um objeto determinado. De modo que, muitas vezes as pessoas tendem a temer, não os riscos mais frequentes, e sim, aquilo que consideram ser os maiores perigos.

2 CRIME PREVENTION THROUGH ENVIRONMENTAL DESIGN

2.1 A contribuição dos espaços livres para a Segurança Urbana (CPTED)

A garantia da Segurança Urbana implica em considerar a disposição dos espaços livres de uso público, visto que tais locais permitem mitigar quadros de insegurança social, ademais contribuem na prevenção do crime, como tratam Ali, Jesus e Ramos (2020, p. 67). Nas análises da violência e das vulnerabilidades urbanas, incide a consideração de que “modifica-se o espaço urbano para a prevenção do crime, o que inclui remodelar o desenho urbano, o urbanismo e a ocupação dos espaços como modo de inibir as ações criminológicas” (DANTAS, 2022, p. 278).

A construção da cidade é o resultado das dinâmicas sociais, culturais e históricas que se estenderam no tempo e produziram uma configuração urbana específica. Essa estrutura urbana foi disposta em um ritmo ofertado pelo estabelecimento de técnicas quanto ao transporte, ao armazenamento e a disposição das propriedades. Influência nesse desenho a apresentação das informações no meio social, a alocação de pessoas. Figura um sistema de representação e de mudanças do cenário urbano, no qual a expansão da cidade está condicionada a integração de técnicas de construção, redes de mobilidade, em suma, por fatores de integração comunitária (VIEIRA, 2018, p. 18).

Como trata Mendonça (2007, p. 125) os espaços livres, tais como os parques, praças e ruas são destinados ao lazer e ao convívio da população, devem ser acessíveis aos cidadãos e aos meios de transporte. A estrutura urbana que caracteriza a imagem da cidade possui uma identidade própria e tem como função compor o desenho urbano, organizando, definindo e contendo espaços.

Aprofundando o conceito de espaços livres, coloca-se abaixo a sua disposição na esfera pública:

Espaços públicos são todos os espaços de uso público, ou de propriedade do poder público, que podem ser acessados e desfrutados sem custo por toda população, independentemente de renda, gênero, raça ou orientação sexual. Consistem em áreas abertas como ruas, praças, jardins e parques, e também em espaços abrigados, de livre acesso, criados para a fruição da população, como bibliotecas públicas e museus. Sob uma ótica sistêmica, as ruas e os espaços abertos públicos pertencem a um sistema inter-relacionado de espaços livres urbanos, onde estão também incluídos a paisagem, os

ambientes naturais e todos espaços não edificados. Este sistema cumpre múltiplos papéis nas cidades, entre eles o lazer, o conforto, o convívio social, a preservação, conservação e requalificação ambiental, a drenagem urbana e a circulação. (ITDP, 2020, p. 07)

Apropriar-se do lugar consiste em utilizar o ambiente urbano e que o mesmo seja adaptado às demandas imediatas da população, assim como aos seus ensaios e projetos. A utilização dos espaços livres pode ocorrer com a possibilidade das crianças em utilizar as praças para brincar, dos vizinhos em se encontrarem, conversarem e até mesmo realizar confraternizações festivas expandindo as formas específicas de experiência na apropriação do ambiente coletivo (SANT'ANNA; CARNEIRO, 2018, p. 174).

A concepção de que os espaços livres funcionam como impulsionadores da Segurança Pública coaduna com o entendimento de que o Estado detém o dever de proteção frente às ameaças à paz social. Todavia, é ineficiente na estruturação de soluções sistemáticas e duradouras nesse campo (ALMEIDA; PROCOPIUCK, 2021, p. 41).

Acerca do conceito de espaço livre e as múltiplas possibilidades que proporciona, com enfoque na segurança pública, coloca-se:

Ainda na década de 1960, um trabalho de Eckbo, Rean Austin e Williams consideraram "open space" como uma área monitorada para a produção ou preservação de recursos naturais, para incremento da saúde, bem estar, conforto, segurança pública, corredores, e de expansão urbana. Mais tarde, o próprio Eckbo vem a definir "open space" como uma expressão genérica sobre muitos tipos de uso de solo. (LIMA et al, 1994 apud TOLEDO; SANTOS, 2008, p. 77)

A expansão contínua e muitas vezes sem controle dos centros urbanos ocasionou falhas na estrutura do tecido urbano que ainda que tenham sido provocadas anos atrás, reverberam os seus efeitos até a atualidade. O alcance do capitalismo e a presença das políticas neoliberais, com enfoque no modelo fordista de produção impactam na explosão da vida moderna, estipulando os modos com o qual a produção e o consumo ocorrem na sociedade (VIEIRA, 2018, p. 22).

As estipulações dos modos de consumo e produção impactaram o espaço urbano e o transformaram em um bem de extremo valor e com elevado potencial a ser explorado. Nesse viés, o Estado vigorando como um ente concretizador do bem-

estar, também integrou parte dessas transformações, impondo-se cada vez mais na esfera do urbanismo, com ênfase na formação das infraestruturas de transporte, da disposição espacial das necessidades da população, como educação, saúde e moradia (VIEIRA, 2018, p. 22). Todas essas disposições oriundas do Estado e da configuração do mercado impactam no desenho urbano e refletem no campo da Segurança Urbana.

De acordo com Souza (2009, p. 14), o panorama de Segurança Urbana no Brasil demanda a integração da sociedade civil, visto que as respostas institucionais nesse campo estão demarcadas pela expansão das “taxas de criminalidade, da sensação de insegurança, degradação do espaço público, reforma da justiça criminal, violência policial, ineficiência preventiva de nossas instituições” (SOUZA, 2009, p. 13).

Desse modo, é necessário dispor ações preventivas contra a criminalidade efetivando a defesa dos direitos fundamentais dos cidadãos - como o direito a usufruir dos espaços livres da cidade -, como método de manutenção da segurança. Assim, ao invés de apenas propor um discurso de “combate ao inimigo”, o Estado promoveria ações de defesa dos direitos dos cidadãos, estimulando e proporcionando acesso aos espaços urbanos (ALMEIDA; PROCOPIUCK, 2021, p. 41). Desse modo, ressalta-se que “o Poder Público é o principal produtor e gestor dos espaços livres de recreação e conservação” (MACEDO et al, 2012, p. 159).

A presença nos espaços livres das cidades se trata de um direito baseado na autonomia, igualdade e manutenção da vida sadia dos indivíduos. Para concretizar o direito à cidade - e, conseqüentemente o direito à segurança pública, em vista dos impactos que os espaços urbanos de uso comum possuem na seguridade - é necessário consolidar uma cidade viva, onde os sujeitos possam caminhar, pedalar e realizar múltiplas atividades relacionadas com lazer, recreação, esportes e convívio comunitário (ALI; JESUS; RAMOS, 2020, p. 69).

Como expõe Arabi, Naseri e Jahdi (2020, p. 05) a estabilidade social propiciada pela integração dos indivíduos nos espaços livres implica questões como a satisfação com o lugar onde os sujeitos vivem, a continuidade da responsabilidade social no ambiente, estímulo à confiança cívica, formulação de uma identidade urbana, o reforço advindo com a participação em práticas culturais e recreativas em dada localização. É necessário estimular a participação dos sujeitos em práticas

locais, desenvolvendo o sentido de comunidade que por si propicia melhorias quanto à saúde e segurança social.

A relação entre espaços livres e a atuação dos agentes de Segurança Pública é ressaltada como um mecanismo de diminuição da sensação de medo da população. As políticas públicas nesse campo sublinham o desenho urbano, a disposição das ruas, a circulação das pessoas e a distribuição de espaços livres como elementos relevantes na criminologia ambiental. Ocorre que a organização urbana proporciona uma vigilância natural que influencia na vitalidade urbana de forma cotidiana (ALI; JESUS; RAMOS, 2020, p. 70).

Na década de 1970, assentou-se a noção de *Crime Prevention Through Environmental Design* - CPTED (“prevenção do crime através do desenho urbano”). Trata-se de dinamizar o campo arquitetônico com a esfera do desenho urbano proporcionando um controle eficaz e natural sobre o espaço público, como reforçam Ali, Jesus e Ramos (2020, p. 71).

De acordo com Piroozfar *et al* (2019, p. 02), além da CPTED, as teorias modernas que analisam as relações entre crime e espaço são a “*Defensible Space Theory*”, “*Broken Windows Theory*” e a teoria de atividades rotineiras. No escopo dessas teorias resalta-se o entendimento de que os planejadores do espaço urbano devem desenvolver sistemas para aumentar a inclusão no espaço público, visto que tal medida auxiliaria na efetivação da segurança e da sustentabilidade do local.

No caso da teoria “broken windows” Vieira (2018, p. 38) defende que a degradação visual do meio público impacta na probabilidade de ocorrer práticas criminosas e antissociais em um dado território. Quando a teoria que embasa o “*Environmental Criminology*”, defende a existência de quatro dimensões da criminalidade que abrange a presença da lei, do criminoso, do alvo e do lugar, esses quatro entes são imprescindíveis para a ocorrência do crime. Quanto aos contributos da “*Situational Crime Prevention*”, pode ser observado que a gestão do espaço público é fundamental para prevenir ações criminosas, importando a integração dos agentes responsáveis pela Segurança Pública no desenho da cidade.

Santos e Costa (2019, p. 03) relatam que a *Crime Prevention Through Environmental Design* - CPTED está fundamentada no entendimento de que o ambiente influi no comportamento dos sujeitos. O design dos espaços urbanos é

crucial para compreender as práticas criminosas, possibilitando formular um espaço físico que iniba e mitigue a insegurança. Nesse sentido, considera-se ainda que “o espaço livre público é aquele que abriga diversas práticas sociais, reflete a cultura e costume de seus usuários e cuja vitalidade está ligada à possibilidade de apropriação.” (ROSANELI et al. 2016, p. 361 apud MEDEIROS; SANTIAGO, 2017, p. 157).

O CPTED pauta três importantes pilares, o controle natural de acesso, a vigilância natural e a territorialidade. O primeiro se exemplifica com a presença de guardas, cadeados e portões; o segundo com a visibilidade propiciada por janelas e presença de vizinhos; quanto a territorialidade se destaca a apropriação dos sujeitos aos espaços que cercam o seu domicílio (SANTOS; COSTA, 2019, p. 03).

Como se demonstra do quadro explicativo:

Princípio CPTED	Descrição	Exemplos
Vigilância natural	<ul style="list-style-type: none"> - Disposição do espaço de modo a facilitar a possibilidade de ver e ser visto. - Boa visibilidade de um lugar para aumentar a possibilidade de controle sobre este pelos seus residentes e utilizadores. 	<ul style="list-style-type: none"> - Posição estratégica de janelas e portas. - Iluminação correta. - Atividades que estimulam a movimentação de pessoas e o aumento da vigilância.
Territorialidade e pertencimento	<ul style="list-style-type: none"> - A definição do território estimula o sentimento de propriedade do espaço público. - São reforçados quando os residentes se identificam com os espaços e a configuração do espaço é compreensível para eles. 	<ul style="list-style-type: none"> - Elementos de design, tais como calçadas, paisagens e varandas, que ajudam a distinguir as áreas públicas e privadas. - Envolvimento e participação da comunidade no desenho da intervenção.
Controle social dos acessos	<ul style="list-style-type: none"> - Maior controle do espaço. - Visa desencorajar o delinquente, aumentando o risco de que seja pego. 	<ul style="list-style-type: none"> - Canalizar a circulação para determinados locais por meio de passeios, portões, iluminação e árvores.
Manutenção do espaço público	<ul style="list-style-type: none"> - Busca constante da conservação dos espaços, que pode ser feita tanto pelo poder público como pela comunidade. 	<ul style="list-style-type: none"> - Reivindicação da comunidade perante o poder público para garantir a manutenção do espaço. - Ações de apropriação do espaço e campanhas coletivas.

Fonte: Ricardo, Siqueira e Marques (2013)

Já na visão de Arabi, Naseri e Jahdi (2020, p. 03) uma primeira abordagem da CPTED está pautada pela teoria de “*Responsible for Crime-Free Spaces*” onde se implementam as características de territorialidade, vigilância informal e mecânica, iluminação, controle de acesso, práticas de suporte - como no caso dos vizinhos que se mantêm atentos ao entorno urbano de suas casas -, as condições físicas e a

imagem do local, assim como mecanismo que limitem a possibilidade de realização de um delito.

De acordo com as proposições presentes na *Crime Prevention Through Environmental Design* - CPTED, o ambiente físico impacta na ocorrência de práticas criminosas, o que significa dizer também que existem modos de interferir nas condições ambientais de um local para diminuir a ocorrência de crimes. Desse modo, a CPTED implica na alteração do ambiente físico para que os indivíduos se integrem mais ao local e mediante a contínua presença e pertença ao espaço de uso livre, seja proporcionada segurança aos cidadãos. Tais medidas de integração cidadã do espaço público têm o condão de consequentemente afastar sujeitos que atuam de forma antissocial e violenta (PIROOZFAR, 2020, p. 03).

Como trata Dantas (2022, p. 281), a espacialização é importante na compreensão da vulnerabilidade e da exposição a riscos. Na mesma medida em que a casa é relevante na vida urbana, o ambiente externo à residência, como os espaços livres constituem uma ferramenta de Segurança Pública com a capacidade de proteção da população. Ao observar que o crime se concentra em determinadas áreas, logo, que o crime tem um endereço entende-se que é possível mediante a integração dos cidadãos aos espaços livres, combater essas possíveis concentrações. A Teoria da Ambiência Restritiva entende que:

O criminoso nesse espaço se sente protegido, conhece o ambiente físico e social e, inclusive, tem o poder de modificá-lo pela força ou pelo medo. A ambiência restritiva, ao perpetuar e ambientar o criminoso no território, produz a violência inercial. (DANTAS, 2022, p. 282).

2.2 Estudo de caso de prevenção do crime através do desenho urbano (CPTED): Medellín

Medellín na Colômbia, apresenta em sua história elevados graus de violência urbana, principalmente após a década de 1950. Identificam-se inúmeros desafios aos gestores para a efetivação de políticas públicas no campo da Segurança Urbana, visto que o país apresenta inúmeras zonas de conflito, com tensões urbanas fomentadas por causas econômicas e sociais (HIDALGO et al, 2021, p. 172). As respostas aos problemas de violência urbana de Medellín permitem compreender as aplicações de Prevenção do Crime através do Desenho Urbano (CPTED).

Entende-se que Medellín, como foi com muitas cidades da América Latina, se estruturou mediante ações de segregação e de alteração elevada no preço das terras. Esse cenário implicou a criação de espaços desproporcionais no meio público com a existência de infraestrutura em algumas regiões pontuais, e a presença de uma constante negligência em outros locais. Observa-se que muitas regiões foram afastadas do interesse do Poder Público disseminando-se conflitos sociais, contribuindo até mesmo com a expansão do mercado de drogas. A busca por responder a essa tensão social implica a diminuição das diferenças sociais, uma divisão territorial mais justa e criar um sistema tributário equilibrado (MASIERO, 2014, online).

Medellín se trata da segunda maior cidade da Colômbia e se destaca por constar, no bojo da década de 1990, como a cidade mais violenta do mundo. Identificam-se 380 homicídios por cada cem mil habitantes em vista da manutenção de conflitos semeados pelo narcotráfico. Nesse cenário, instaura-se um terror urbano, no qual sobrevenha o medo cotidiano e o domínio da criminalidade. No início do século XXI, a cidade se destacou pelos projetos que visavam a integração urbana, redesenhando os espaços da cidade e a participação da comunidade civil nesses locais, impactando na diminuição da criminalidade (VELOSO; COSTA, 2018, p. 05).

Observa-se o aumento da sensação de medo com a normalização da presença constante de insegurança na vida dos indivíduos. Essas sensações impactam de forma direta na realização das práticas cotidianas das pessoas. Os sujeitos não convivem em locais no qual não existe segurança, visto que a paz social é o fator elementar para a sociabilidade e convivência comunitária. Ao mesmo tempo, é necessário que exista um fluxo constante de pessoas em um meio social para alterar as sensações de tranquilidade e segurança de uma região. Ocorre que a presença constante da comunidade nos locais públicos reforça a segurança nesses espaços (VIEIRA, 2018, p. 14).

Desde as premissas de Prevenção do Crime através do Desenho Urbano (CPTED) cujas bases se encontram no reconhecimento da comunidade local (identidade), na facilidade de leitura dos usos do espaço (imagem), na acessibilidade, na visibilidade, na vigilância natural, na limpeza e manutenção, assim como no conforto ambiental, destacam-se algumas experiências quanto ao desenho urbanístico e a inibição do crime (PNUD, 2016, p. 126).

As fotografias demonstram um antes e depois de uma das ruas aplicadas modificações com base no CPTED.

FIGURA 01 – Antes e Depois em Medellín



Fonte: Medellín (2013)

A forma fática, a integração dos indivíduos com os espaços livres visando a prevenção do crime através do desenho urbano perpassa os sentidos da cidadania e o esforço institucional do Estado em investir na infraestrutura dos espaços públicos. Nesse sentido, visando os paralelos do desenho urbano no cenário nacional, coloca-se:

Para alcançar o desenvolvimento urbano sustentável na região, é necessário incorporar a Segurança Cidadã como um elemento estruturante para fazer frente às intervenções territoriais que geram valor, mais além dos investimentos em infraestrutura. Diante disso, buscamos desde nossa iniciativa conectar de forma abrangente os desafios frente ao crime e a violência, às políticas urbanas de promoção da produção, educação, habitação, espaços públicos, transporte, equidade de gênero e demais aspectos relacionados a uma gestão bem sucedida. Nossa abordagem de integralidade coloca foco nas políticas locais de prevenção e dissuasão do crime e da violência. (...) queremos promover a circulação de ideias e práticas efetivas que surgiram graças ao envolvimento dos governos locais brasileiros na segurança local, tanto por meio da governança efetiva de programas, projetos e regulamentações estaduais e federais, quanto nas ações preventivas, não punitivas, que enfatizam o tratamento das desigualdades sociais vivenciadas pelos jovens e mulheres mais vulneráveis, bem como as condições urbano-ambientais que facilitem o cometimento de crimes em espaços públicos e gerem medo na população. (CARBONARI, 2020, p. 03)

Como ressalta Masiero (2014, online), Medellín carrega o slogan de “Cidade da Eterna Primavera”, construído a partir da campanha global contra a imagem de

violência urbana que acompanhou por muito tempo a cidade. Existe um empenho constante de renovação, no qual incide o compromisso da administração pública, passado muitos governos em combater de forma drástica as ocorrências de violência urbana e proporcionar melhores condições de mobilidade para os cidadãos. Essas medidas de redesenho urbano com vistas a impactar a esfera da Segurança Pública ocorre em conjunto com as práticas de expansão da distribuição de renda, de acesso democrático aos serviços públicos e de estímulo a uma arquitetura de máxima qualidade.

O fortalecimento da cultura urbana permite consolidar espaços seguros que detém o mérito de combater as práticas de violência e diminuir o sentimento de insegurança. A conformação do espaço construído fortalece a vigilância natural, formando locais defensivos determinados por uma ação vigilantes dos moradores e propiciando uma oportunidade crucial na diminuição da violência urbana (HIDALGO et al, 2021, p. 178). Busca-se fomentar “fomento à urbanização inclusiva e sustentável, com a revitalização das favelas e acesso a espaços públicos seguros, inclusivos, arborizados e acessíveis a todos.” (VELOSO; COSTA, 2018, p. 09).

Nas cidades é possível identificar processos de segregação que são originados de questões políticas, étnicas, económicas, culturais, entre outras e que formam as identidades de cada região, figurando de forma significativa na vida dos indivíduos e no transcorrer de sua sociabilidade. O processo urbano não está destituído de uma agenda política e implica a preocupação com questões como habitação, educação, emprego, saúde, cultura e transportes (NEVES, 2019, p. 33-34).

O qual através do desenho intencional de espaços seguros - busca-se mesclar o planejamento urbano com a prevenção das práticas criminosas - nos Estados Unidos, na Inglaterra, Canadá, na Espanha e no Brasil. Essas experiências se ressaltam por uma atuação multidisciplinar no qual busca-se efetivar a segurança sustentável dentro da confecção dos planos urbanísticos. Esse é o exemplo dos laboratórios de Medellín, na Colômbia (PNUD, 2016, p. 126).

Em Medellín, o esforço em responder aos problemas de violência urbana demandou analisar a exclusão social, a desigualdade e a ausência de uma estrutura de inclusão do cidadão ao ambiente coletivo. Foi necessário pensar formas de integração urbana em um espaço demarcado por divisões e diferenças,

principalmente tendo em consideração a demarcação entre centro e periferia. Verificou-se em Medellín uma disposição anatômica no qual a arquitetura de parte da cidade dispunha de muitos investimentos e a presença de negócios exitosos, por um lado, e de outro tinha-se um ambiente carregado de desemprego, drogas, fome, violência, prostituição e omissão institucional (HIDALGO et al, 2021, p. 172).

De acordo com Vieira (2018, p. 47) a efetivação da segurança no espaço público implica considerar o elemento de oportunidade como algo a ser impedido, por exemplo, o desenho urbano deve estar disposto de tal forma que não proporcione a oportunidade para o agente criminoso de cometer uma prática delituosa, ou ao menos que minimize tal probabilidade. Além disso, é necessário também retirar a esfera da motivação de um comportamento danoso, considerando as contribuições da sociologia e criminologia na análise do que motivaria uma pessoa a cometer um crime, em vistas até mesmo do histórico do sujeito. A aplicação dessas práticas em Medellín pode ser observada desde o seguinte contexto:

O território de Medellín é marcado por topografia acidentada, que isolava suas comunidades. Essa peculiar morfologia condicionou as propostas arquitetônicas e urbanísticas que começaram a ser desenvolvidas ainda na década de 1990. Por ser uma experiência de revitalização urbana mais recente, Medellín teve Barcelona e, principalmente Curitiba, como modelos nos quais se inspirar. Em 2004, uma união de forças políticas e sociais pela paz e cidadania promoveu a revitalização urbana através de ações combinadas, ou melhor, de cadeias de intervenções que “costuraram” a cidade. Estas incluíram experiências radicais no planejamento urbano e formas participativas de governo, com um porta-voz e intérprete da comunidade nas intervenções propostas e através de “oficinas imaginativas” com os moradores das comunidades. O urbanismo foi utilizado como ferramenta para promover a mobilidade social e a equidade. A chave para sua abordagem foi o estabelecimento de um compromisso com a esfera pública como um espaço compartilhado, transformando os espaços públicos, antes vistos como áreas de segregação e medo, em espaços onde as comunidades pudessem conviver com qualidade. (DIAS; ESTEVES JUNIOR, 2017, p. 653)

Como expressa Veloso e Costa (2018, p. 09), a prefeitura de Medellín alinhou as suas práticas institucionais com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável dispostos na Agenda 2030 criada pela Organização das Nações Unidas (ONU). Nas proposições da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável se trata de uma estratégia que agrupa as práticas globais em prol de metas como a erradicação da pobreza; a diminuição das desigualdades; a elaboração de cidades e comunidades que sejam seguras, resilientes e sustentáveis; ademais de promover comunidades pacíficas e inclusivas em direção ao desenvolvimento sustentável.

Importa pontuar que a Colômbia conta com uma Constituição Federal elaborada no ano de 1991 que assinala o dever dos municípios em proteger a vida, as propriedades e a honra dos indivíduos. Nesse sentido, reforça-se o que foi disposto anteriormente sobre o dever institucional de pensar estratégias de efetivação da segurança urbana, visto que esse campo repercute no resguardo dos bens constitucionais assinalados, quais sejam, a vida, a propriedade e a honra (RICARDO; SIQUEIRA, MARQUES, 2014, p. 17).

Considerando esse dever, o documento jurídico também assinala a obrigação de preservação da ordem pública. Na prática, via-se que os municípios não cumpriam com essas responsabilidades e as questões de segurança pública permaneciam negligenciadas a nível local. Em 1995, cria-se um plano de segurança e convivência cidadã; em 1997, cria-se a Subsecretaria de Convivência e Segurança Cidadã no âmbito da Secretaria de Governo e passa-se a implementar uma Política de Convivência e Segurança Cidadã com enfoque na cultura e integração da população ao meio urbano (RICARDO; SIQUEIRA, MARQUES, 2014, p. 17).

Vieira (2018, p. 41) reforça que os mecanismos de formulação do espaço urbano devem auxiliar na existência de uma vigilância natural onde exista a orientação de disposição do terreno, com a utilização de materiais nas edificações, que permitam a visibilidade da rua para aqueles que se encontram dentro dos edifícios. Nesse sentido, as construções devem ocorrer com o direcionamento para a via pública, de modo interativo, enfatizando a presença de janelas ou objetos envidraçados que visem as áreas de concentração. É necessário, ainda, estabelecer uma iluminação condizente, que abarque todos os espaços do local de manhã até de noite, permitindo que se realizem atividades no decurso do dia, e conseqüentemente, auxiliando no fluxo e na constância de indivíduos no local.

A implementação de práticas de Prevenção do Crime através do Desenho Urbano (CPTED) em Medellín pode ser constatada na diminuição das taxas de homicídio na cidade, a saber: “Medellín, por exemplo, apresentou uma diminuição de 85% no número de homicídios entre 2002 e 2014.” (MUGGAH et al, 2016, p. 01). O modelo de Medellín funcionou como um exemplo a outras cidades como Recife, no Brasil, que implantou os Centros Comunitários da Paz (COMPAZ) nas regiões com maior índice de violência da cidade, permitindo aos cidadãos usufruírem de variados serviços de assistência social, de acesso à saúde, à cultura, ao esporte com enfoque

na integração urbana dos indivíduos como ferramenta de combate a criminalidade (CARBONARI, 2020, p. 10).

O enfrentamento da violência urbana em Medellín perpassou a integração dos indivíduos ao espaço urbano, de modo que é importante apontar também as iniciativas dos Comitês de Bairro pela Coexistência (CBCs) que enfocam as premissas da Prevenção do Crime através do Desenho Urbano (CPTED). Muitos desafios foram enfrentados pela gestão da cidade na consecução desse modelo de combate a violência urbana, como a influência negativa observada entre os jovens que integravam os conflitos armados na região; a ausência de integração nas ações das instituições do Estado; a pouca participação dos membros da comunidade; e a presença extensiva de casos de alcoolismo, a prostituição e maternidade/paternidade solo (WORLDBANK, 2003. p. 31).

O plano de combate à insegurança da cidade teve como propulsor as práticas de modificação urbana. Um exemplo se encontra na fixação de Parques Bibliotecas, projeto que se iniciou no ano de 2004. Cria-se um desenho urbano que favorece a participação da sociedade nos espaços livres. Medellín teve o êxito de agrupar crianças e jovens em centros de leitura, com o acesso a arte com oficinas de música, dança e outras práticas artísticas. Nesse viés, a juventude pode alterar a concepção de vida social, antes pautada por ocupações ilegais, para ocupar-se com atividades produtivas e propulsoras de bem-estar. A transformação dos espaços públicos na cidade permitiu construir uma cultura coletiva de segurança (HIDALGO et al, 2021, p. 172).

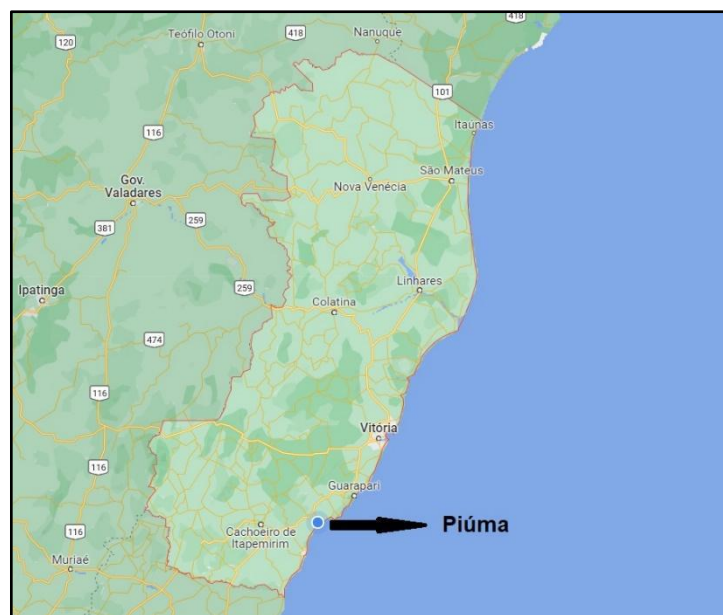
3 DIAGNÓSTICO DO BAIRRO OBJETO DO ESTUDO

3.1 Comunidade do Céu Azul

O Bairro Céu Azul, pertence a cidade de Piúma, município localizado no litoral sul do estado do Espírito Santo. A cidade de Piúma, está banhada pelo Oceano Atlântico e encontra-se a uma distância de 90 km aproximadamente da capital, com uma população estimada em 22.388 habitantes. Com território de aproximadamente 75 km², é o menor município do estado. (IBGE¹ Cidades, 2021).

Conhecida por suas praias que, durante o verão, são destinos de turistas, principalmente do estado de Minas Gerais. Piúma limita-se ao noroeste com o município de Iconha, ao norte e leste com o município com Anchieta, ao oeste com o município de Rio Novo do Sul e ao sul com Itapemirim. Ao Sudeste limita-se com o Oceano Atlântico. Alguns de seus marcos limítrofes mais importantes são: o Monte Aghá, a Rodovia BR-101 e a Rodovia Jorge Feres (ES-375).

FIGURA 02. Mapa Localização da cidade de Piúma



FONTE: Google maps adaptado (2022)

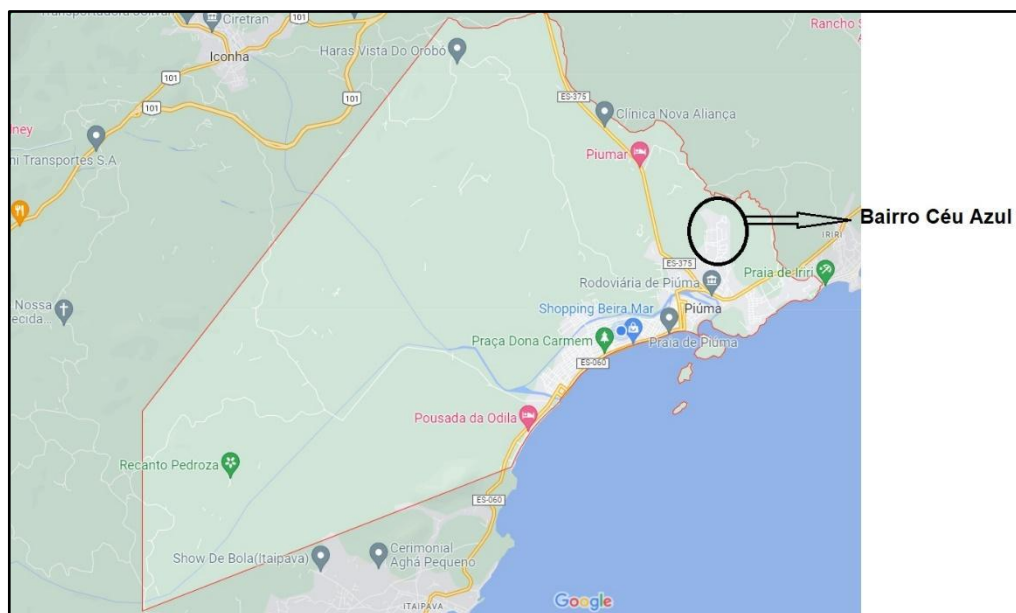
Piúma foi emancipada em 24 de dezembro de 1963, através da Lei nº 1908, se desmembrando do Município de Iconha. Após a emancipação, a cidade passou a se afirmar em sua identidade como cidade das conchas, segundo Lopes (2016, p. 14)

¹ <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/es/piuma/panorama>. Acesso em 02 mar 2021.

Nos últimos 50 anos, a cidade de Piúma teve um aumento de 400 % no número de habitantes, estando em 1970 com apenas 3.583 habitantes e passando para 18.123 residentes no último censo em 2010. A partir da década de 80, com a identidade da cidade voltada ao turismo muitas casas de veraneio começaram a ser construídas em Piúma, o que incentivou o crescimento urbano e populacional da cidade. (Bodart et al, 2014, p. 13)

O surgimento do bairro "Céu Azul", teve início na segunda gestão do prefeito José Izaias Moreira Scherrer, entre 1983-1989. As terras pertenciam ao senhor Francisco Onofre, que tentou lotear e vender os terrenos com a propaganda de que seria próximo a praia, recebendo inicialmente o nome de Loteamento "Arranha Céu". Porém o empreendimento não entregava o que era prometido, pois a região fica a uma distância de 3 km da praia. Mesmo assim o senhor Onofre chegou a vender muitos lotes, mas com o tempo o projeto enfrentou dificuldades. (Bodart et al, 2014, p. 71)

FIGURA 03. Localização do Bairro Céu Azul



FONTE: Google maps adaptado (2022)

Bodart et al (2014, p. 72) relata que o senhor Onofre:

Em troca de pagamentos de IPTU, ele concedeu à prefeitura parte do loteamento onde, conforme afirmam alguns moradores, pessoas foram trazidas, primeiramente do Rio de Janeiro e depois da Bahia, para ganhar terrenos em troca de seus votos. Os cariocas quando perceberam a falta de

estrutura do lugar resolveram retornar para o Rio de Janeiro; já os baianos continuaram.

Com essa mudança nas pessoas que ocupou a região, a localidade ficou conhecida com o nome de “Vila da Miséria”, depois foi dado o nome de “Céu Azul”. (Bodart et al, 2014, p. 72)

Segundo Bodart et al (2014, p. 72) existem histórias, que na época, as pessoas trocavam lotes por geladeiras, carros velhos e outros objetos, assim como também lotes que foram invadidos, ou seja, o Céu Azul foi sendo ocupado de forma totalmente desorganizada. A própria cidade não tinha condições para receber tal população sendo uma cidade carente sob vários aspectos econômicos e sociais. A falta de planejamento e políticas públicas resultou em marginalização.

E conclui dizendo:

Hoje percebo que a população do "Céu Azul" busca uma identidade mais respeitosa por parte da população da cidade, pois é importante criarmos uma estrutura que colabore para uma visão menos traumática da população que vive naquela localidade; afinal estamos refletindo sobre um bairro que foi batizado de "Céu". (BODART et al, 2014, p. 72)

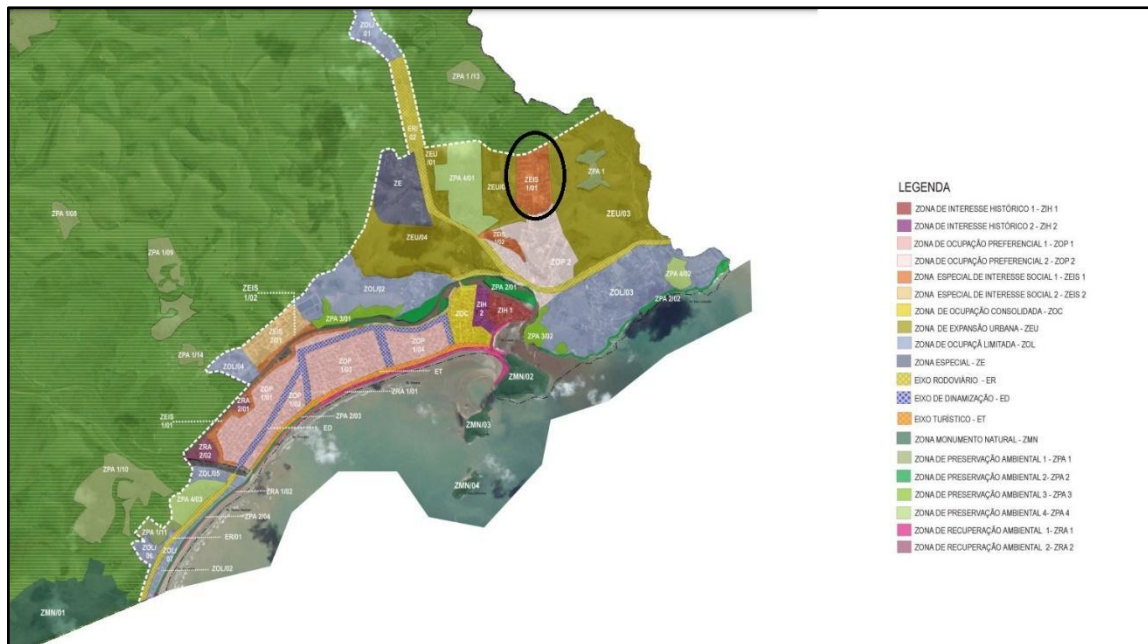
3.1.1 Caracterização socioespacial do bairro e perfil socioeconômico

O bairro está localizado a 3 quilômetros do centro da cidade de Piúma, cidade no litoral do Espírito Santo, sendo o menor município do estado com 73,5km² de extensão. Com uma população estimada em 22.053 habitantes, segundo o IBGE² cidades (2021). Possui um mercado econômico voltado a produção de artesanato, pesca e turismo.

Segundo informações extraídas pelo Cartão de Saúde da Família, obtidas por documentos solicitados na Prefeitura Municipal, existem 225 famílias, segundo cadastro no bolsa família disponibilizado pela Prefeitura Municipal em solicitação anexa, aproximadamente.

² <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/es/piuma/panorama>. Acesso em 02 mar 2021

FIGURA 04. Mapa de Zoneamento da Cidade de Piúma



FONTE: adaptado da Lei nº 1.656/2010

Segundo o Mapa de Zoneamento da cidade, extraído do Plano Diretor Lei nº 1.656/2010, o bairro Céu Azul pertence a ZEIS, Zonas especiais de interesse social, segundo trata em seu artigo 75. E conceituam essas áreas como sendo:

(...) porções do território que exigem tratamento diferenciado dos parâmetros de uso e ocupação do solo urbano, **ocupadas predominantemente por populações de baixa renda ou que tenham sido objeto de loteamentos ou conjuntos habitacionais irregulares**, com ausência ou carência de serviços e infraestrutura urbana e acessibilidade inadequada, que serão destinadas a programas e **projetos especiais de urbanização, reurbanização, regularização urbanística e fundiária**. (artigo 75 da Lei nº 1.656/2010) (Grifo nosso)

A mesma lei, nos parágrafos que seguem do artigo 75, determina os objetivos de tais zonas que visa a regularização urbanística, dotar ou ampliar essas áreas de equipamentos sociais e culturais, espaços públicos e serviços, e estimular atividades comerciais; viabilizar áreas destinadas à manutenção e produção de habitações de interesse social, buscando o cumprimento da função social da propriedade; entre outros que garantam a proteção da população residente naquela localidade, e principalmente, as ocupações de risco. Pode ser percebido das fotografias tiradas do bairro durante o período da pesquisa etnográfica realizada no bairro.

FIGURA 05. Entrada do Bairro pela Polícia Civil



FONTE: Autoria própria (2022)

Pode perceber que quanto mais adentramos no bairro, mais se percebe a ausência de calçamento das ruas e presença da municipalidade. Podemos constatar também, a existência de casas com construções mais simples e autoconstrução.

Maricato (1982, p. 71), conceitua autoconstrução como sendo:

A autoconstrução, o mutirão, a autoajuda, a ajuda mútua são termos usados para designar um processo de trabalho calçado na cooperação entre as pessoas, na troca de favores, nos compromissos familiares, diferenciando-se, portanto, das relações capitalistas de compra e venda da força de trabalho.

A autora ainda acredita que através da autoconstrução que a maioria da população trabalhadora adquire sua habitação, trabalhando nos finais de semana, horas de lazer, com a ajuda de parentes, amigos e com a própria força familiar. (MARICATO, 1982, P. 73)

FIGURA 06. Localidade central do bairro



FONTE: Autoria própria (2022)

A figura 5, mostra a área central do bairro, próxima a escola e igrejas do bairro. As demais áreas do bairro se resume em ruas de terra sem nenhum tipo de calçamento e infraestrutura urbanística, como se depreende da figura 6.

FIGURA 07. Áreas mais afastadas do bairro



FONTE: Autoria própria (2022)

Um ponto relevante a se constatar é a existência de uma praça que nunca foi terminada pela municipalidade, praça batizada com o nome praça saudável que fica localizada na avenida central próxima a escola do bairro.

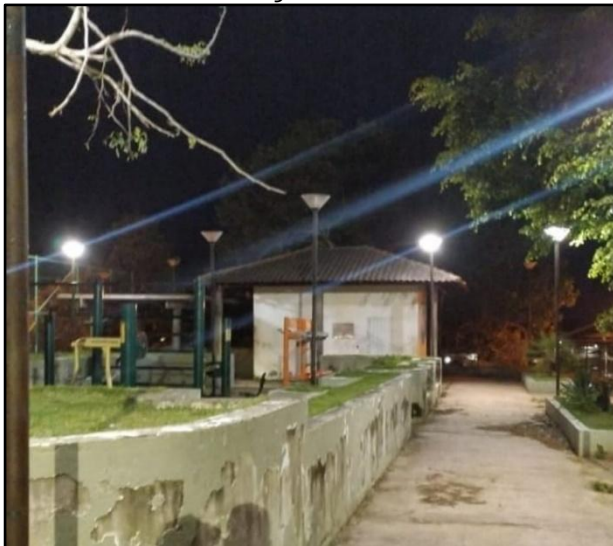
FIGURA 08. Praça Saudável Mapa



FONTE: Google maps adaptado (2022)

A praça saudável nunca foi efetivamente inaugurada, porém, os próprios moradores vêm dando manutenção e principalmente instalando iluminação, para que o local não fique escuro e propenso a frequência de usuários de drogas.

FIGURA 09. Praça Saudável vista



FONTE: Extraída do instagran (2022).

FIGURA 10. Praça Saudável



FONTE: Extraída do instagran (2022)

Porém, como todo empreendimento em bairros que não são o foco da administração e nem da mídia local, a praça já está em situação de abandono e falta de cuidados, como se constata das fotografias.

FIGURA 11. Praça Saudável de dia



FONTE: Autoria própria (2022)

Outro local muito utilizado pela comunidade é a escola do bairro, principalmente sua quadra, para reuniões com as lideranças, onde ocorre os projetos esportivos, como aulas de ginástica rítmica, futebol, zumba, entre outras atividades com o objetivo de integrar os moradores.

FIGURA 12. Escola do Bairro vista



FONTE: Autoria própria (2022)

FIGURA 13. Escola do Bairro quadra

FONTE: Autoria própria (2022)

Alguns projetos realizados na escola podem ser encontrados no site da Prefeitura Municipal. Alguns deles, foram: aulas de zumba, campeonato de ginástica, escolinha de futebol. Além de todos os eventos serem realizados na quadra, como a reunião organizada com o ministério público local.

FIGURA 14. Eventos na escola

FONTE: Extraída do instagran (2022).

FIGURA 15. Campeonato de Ginástica

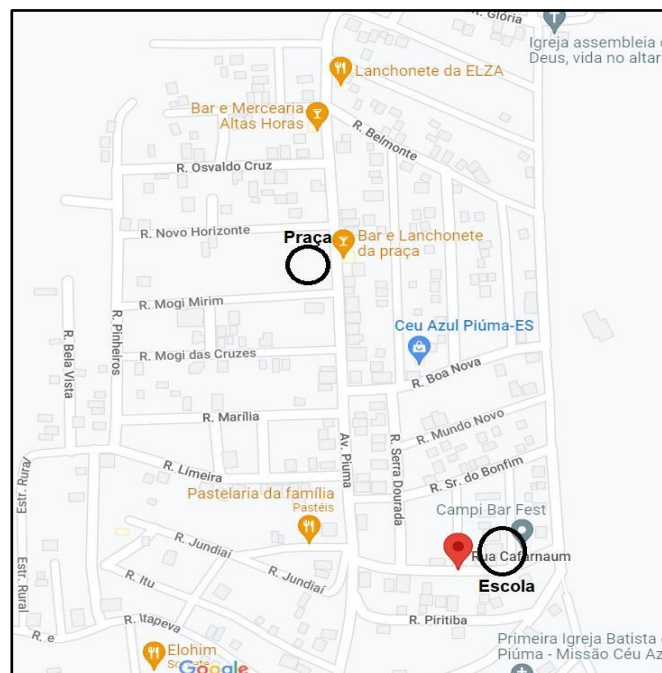
FONTE: Extraída do instagran (2022).

FIGURA 16. Aula de Ginástica

FONTE: Extraída do instagran (2022).

Ocorre que a localização da escola não atende as necessidades de todos os moradores, pois como houve o crescimento desordenado do bairro, há residências distantes dos pontos principais do bairro.

Como se destaca da distância da escola em relação a praça saudável. Pode parecer próximas em um mapa plano, porém, considerando as ladeiras e morros que compõem o traçado local. Além dos vazios existentes no bairro.

FIGURA 17. Mapa distância da Praça e da Escola

FONTE: Google maps adaptado (2022).

Para Fernandes (1998, p. 222 e 223) a expansão urbana e o crescimento das cidades no Brasil foram conduzidos por interesses privados, sem garantir especificamente a boa qualidade de vida da maior parte da população.

Apesar dos problemas destacados, podemos constatar práticas e efeitos que são aplicados pela CPTED em fotografias extraídas e feitas durante a pesquisa de campo.

FIGURA 18. Igreja na esquina



FONTE: Autoria própria (2022)

O CPTED ele possui instrumentos para evitar que criminosos surpreendam suas potenciais vítimas, e manter a esquina com grades, possibilita que não haja pontos cegos, que podem ser usados na preparação de um crime. Podemos destacar também, que o uso de materiais transparentes são elementos usados para isso, junto com elementos vazados, como a grade, no caso prático constatado no bairro, próximo a escola.

Outro exemplo observado, foi a existência de casas sem muro, muitas vezes pela falta de acesso financeiro, como já destacamos, as casas são de autoconstrução, mas sua manutenção é eficiente no bairro, conforme fotografia de residência, extraída durante as visitas.

FIGURA 19. Residência com elementos do CPTED

FONTE: Autoria própria (2022)

Apesar de detectar elementos aconselhados pelo CPTED, a maioria das residências, ainda aplicam o conceito de quanto mais fechada, mais segura, como se demonstra da fotografia a seguir.

FIGURA 20. Residências no bairro

FONTE: Autoria própria (2022)

Podemos constatar a realidade do crescimento desordenado no bairro, sem a devida preocupação com o bem estar dos moradores, onde inicialmente foi o local escolhido para “dar moradias a pessoas que se mudavam para o município a convite de candidatos políticos, que buscavam apenas mais votos”.

Como finaliza Pellegrino (2003, p. 2) tornando o produto urbano, uma realidade feia, agressiva e insegura.

4 RESULTADOS

As cidades estão em constante evolução, sendo de suma importância para o país e para a sociedade. Porém, as pessoas colocam o bem-estar e a qualidade de vida em segundo plano. (LINCH, 2009, p.13). Com o tempo, os momentos de confraternização, de convivência foram sendo realizados em locais fechados como shoppings, locais privados e em edifícios com suas áreas de lazer.

Isso faz com que locais públicos de lazer, como praças e parques, sejam menos habitados e frequentados pelas pessoas, os tornando locais mais propícios para usuários de drogas, o que acarreta várias demandas e consequências dessa falta de uso pela sociedade.

As praças que antes eram muito importantes para a socialização das pessoas, lazer e comércio foram deixadas de lado, tornando-se locais de moradores de rua e de simples passagem (VALÊNCIO, 2008, p. 562).

Bauman (2009, p. 31), conclui acerca do tema afirmando que por conta do crescimento dos interesses do mercado e da expansão dos espaços privados, a “cultura do medo” tem fortalecido uma tendência de tornar os espaços urbanos menos frequentados.

A cidade viva e compartilhada é um tema que muitos autores abordam. Gehl (2014, p. 71) exemplifica o conceito de cidade viva como sendo:

(...) a cidade tornar se viva, sempre que mais pessoas sintam-se convidadas a caminhar, pedalar ou permanecer nos espaços da cidade. A importância da vida no espaço público, particularmente as oportunidades sociais e culturais, assim como as atrações associadas com uma cidade cheia de vida (...)

Para ele, esses espaços são muito além de lazer, já que proporcionam qualidade física e visual, que influenciam nas atitudes e os convidam a fazerem parte da comunidade, proporcionando encontros.

O conceito de espaço livre é visto como edificações e urbanizações, sendo público ou privado, podendo ser os jardins, ruas, avenidas, praças, parques, simplesmente um vazio urbano.

Podemos considerar que os espaços livres de uso público são aqueles que influenciam no equilíbrio ambiental contribuindo para a segurança e a qualidade de vida das pessoas que o utiliza. Assim, de modo a garantir o direito a esses espaços, o Estatuto da Cidade, Lei nº 10.257 de 2001, que traz diretrizes sobre política urbana, tem a função de visar que todos os cidadãos tenham acesso às oportunidades que a vida urbana de qualidade apresenta, sobretudo, com o objetivo de garantir o direito de todos a cidades sustentáveis, infraestruturas urbanas e lazer (BRASIL, 2001).

Apesar da lei garantir aos cidadãos uma qualidade de vida urbana, esses espaços são cada vez mais raros e ausentes. A violência urbana é um dos fatores que fazem com que a população não frequente os espaços que atualmente existem.

Essa sensação de insegurança, torna cada vez mais um impedimento para a integração da sociedade nesses espaços de lazer públicos.

Lima (2015, p. 21) expos:

Os lugares públicos e as ruas têm-se tornado, de fato, cada vez mais perigosos. Essas áreas estão a deixar de ser vistas como o *lócus* de sociabilidade, tal como as relações de vizinhança.

Bauman (2009, p. 30) fala que no nosso século houve uma inversão do papel histórico da cidade. E que a sensação de medo passou a alarmar as cidades. O autor também conclui que a falta de interesse da vida comunitária contribui para essa sensação de medo urbano.

Beato (1998, p.2) afirma que:

A literatura sobre políticas públicas de combate à criminalidade tem enfatizado crescentemente a busca por soluções locais e descentralizadas, o que conduz necessariamente à identificação de problemas nos contextos específicos de sua ocorrência.

Jacobs (2011, p. 280) fala que a vigilância natural, realiza a manutenção da vitalidade urbana diariamente. E mostra que o planejamento e a vizinhança continuam contribuindo na manutenção da “[...] segurança dos espaços públicos, lidando com estranhos, de modo que sejam um trunfo e não uma ameaça, garantindo a vigilância informal das crianças nos lugares públicos [...]” (JACOBS, 2011, p. 284).

Resta claro que atualmente a existência de espaços públicos de lazer causam insegurança a população, porém, com a sua construção e o uso de estratégias pode-se criar uma vida social pública em espaços urbanizados de lazer, que possam ser seguros através da vigilância natural e de meios junto à população para que garanta a segurança dos usuários.

Com esse entendimento, e os conceitos do CPTED, a pesquisa foi aplicada no bairro céu azul, sendo um estudo qualitativo, que se utilizou da etnografia. Para De Paula (2020, p. 2) a etnografia alcança o mundo da maneira como as pessoas o enxergam, vivem, ouvem, pensam e falam de suas diversas formas. Permite descrever uma cultura, podendo ser de um pequeno grupo, onde o investigador etnográfico entende a maneira de viver do ponto de vista das pessoas relacionadas no estudo.

Escolher pelo uso da observação sistemática, uma das técnicas de pesquisa mais antiga e ao mesmo tempo mais moderna. Observar os participantes, tem-se uma relação face a face. E essa proximidade permite que o observador veja seus objetivos e como eles interagem no seu estudo. (SERVA; JAIME JUNIOR, 1995, p.69)

Sendo a comunidade do bairro céu azul, na cidade de Piúma, no Estado do Espírito Santo, o grupo estudado na pesquisa etnográfica. Como instrumento de coleta de dados, o uso do diário de campo e revisão bibliográfica.

Foram realizadas quarenta e cinco horas de observação da População do estudo (PE), seguida de anotações e registros em um diário de campo. As observações foram realizadas entre os meses de agosto de 2021 a maio de 2022. Sendo 15 (quinze) dias de visita ao bairro, com uma média de 03 (três) horas por visita. Meses de agosto e setembro realizando duas visitas mensais; outubro, novembro, dezembro de 2021, janeiro e fevereiro de 2022 uma visita mensal e março, abril e maio de 2022 realizando duas visitas mensais.

As anotações do diário de campo serviram para determinar os anseios, necessidades e realidade dos moradores locais, para conseguir responder a seguinte pergunta: quais intervenções urbanas na visão dos moradores pode contribuir com a Segurança Pública na Comunidade/Bairro Céu Azul em Piúma-ES?

As visitas foram realizadas através do auxílio e suporte dos agentes de saúde do bairro, que todos os dias estão visitando os moradores, para entrega de medicamentos, bem como, suporte e mapeamento das necessidades dos moradores.

Lembrando que a pesquisa foi realizada durante a Pandemia do Coronavírus (Covid-19), em um momento em que a vacinação já estava avançada, porém, ainda estávamos com restrições e uso de máscaras

No primeiro dia de observação, instruções e cuidados já foram repassados, principalmente das localizações mais vulneráveis e dos horários que poderia ser andado livremente pelo bairro.

Inicialmente, foi possível ser constatado uma região específica do bairro, conhecida como “Morro dos baianos”, como sendo um dos locais mais perigosos do bairro. Ao ser analisado geograficamente essa parte do bairro, foi extraída as seguintes características do local: uma região com a ladeira mais íngreme de todo bairro, onde se concentram os principais pontos de venda de drogas e se encontra em uma área onde está mais distante do “centro” do bairro.

A região do “morro dos baianos”, segundo foi possível extrair, ainda complementa pela falta de iluminação noturna que não se pôde confirmar se proposital ou se por ausência de manutenção pela empresa de energia elétrica.

Valladares, (2000, p. 6) trata sobre o traçado e porque a escolha de morros para as atividades ilícitas nas comunidades, quando afirma que:

No Rio de Janeiro, onde o morro tem — como insistem os jornalistas — depressões do terreno, chão rugoso e áspero, arvoredos baixos, tapetes de tiririca ou capim, caminhos mal traçados e tortuosos ou degraus esboçados na rocha viva, escorregadios e perigosos. Lembremos, por outro lado, que tanto lá como aqui o **morro detém uma posição estratégica**. Localizado sobre a cidade, que fica embaixo, goza de uma situação privilegiada em termos de logística. **Isolado, oculta de quem olha de baixo o que se passa em cima.** (grifo nosso)

Essa visão privilegiada que provavelmente com o nascer do bairro, foi se agregando os empreendimentos ilícitos dos moradores que ali escolheram viver.

No primeiro dia de observação, foi possível conhecer as ruas, alguns moradores e comércio local. Em algumas conversas, não foi percebido nenhum tipo

de reclamação dos moradores em relação a saúde e acesso a saúde na percepção dos moradores.

Na segunda visita (no mesmo mês), o reconhecimento da minha presença era perceptível para os moradores mais assistidos pelos agentes de saúde. Porém, pensavam que estava em treinamento com os demais. Mas essa familiarização por parte da PE, iniciou-se uma relação de intimidade e de futuras confidências.

Foi possível listar muitas necessidades trazidas pelos moradores, necessidades que em suas percepções são prioridades e vão além do motivo segurança ou lazer da PE.

A reclamação principal dos moradores era a ausência de transporte público que subisse no bairro, antes da pandemia a Viação Sudeste disponibilizava um ônibus circular e com a pandemia o ônibus foi cortado, tendo que pagar por transporte particular para irem ao centro receber os pagamentos, nos casos dos idosos e dos demais irem a pé, ou usarem bicicletas para se deslocarem mais de 3 km até o centro da cidade ou até percursos maiores dependendo de onde trabalham.

Tal solicitação, foi o principal ponto de discussão da reunião realizada no bairro, por iniciativa do Ministério Público da cidade com o apoio de demais autoridades no mês de agosto de 2021, onde foi realizada uma observação para determinar o que se poderia extrair e quais moradores poderiam contribuir para a pesquisa futuramente.

Na ocasião, ficou consignado que essa solicitação seria atendida pelo Poder Público, o que realmente foi, hoje a Prefeitura do município disponibiliza vans que fazem uma espécie de transporte circular pelos bairros, com uma tarifa única de R\$ 3,00 (três reais).

Fica claro, que a maioria da PE não gosta de fazer reclamações pessoais, que os problemas da comunidade especificamente unem todos em uma só reivindicação. Com isso, algumas visitas/ observações não consegui extrair nada especificamente que pudesse contribuir diretamente para a pesquisa.

Após algumas tentativas frustradas de observação, chegou ao conhecimento acerca da ausência de projetos que também foram paralisados durante a pandemia.

Sendo citados o Proerd (Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência) e o Projeto Juntos que realizava aulas de futebol com escolinha para as crianças, onde muitos moradores que têm filhos na idade de inserção, estavam preocupados e insatisfeitos com essa paralização.

Melo e Matoso (2013, p. 4) retratam a visão e importância do Proerd:

A visão do Proerd é que os jovens que refletem sobre as diversas situações são capazes de fazer melhores escolhas, de forma não impulsiva, e de comunicar e relacionar-se melhor com as pessoas, além de manterem-se livres de drogas e obterem maior sucesso em todas as áreas de suas vidas.

O que traz um sinal vermelho acerca da PE para atenção as crianças e adolescentes. Que o medo da inserção no mundo das drogas, tanto para não se tornar usuário ou traficante, é um medo e uma preocupação da PE para que não ocorra com seus filhos.

Através desse gancho, pude extrair que as pessoas que praticam atos ilícitos, como o tráfico de drogas, são pessoas boas na perspectiva da PE. Suas atividades são reprováveis por eles, porém, na visão deles, não trazem diretamente consequências para a população de um modo geral. O medo maior, é que seus entes queridos tenham dívidas (na maioria dos casos) de drogas, aí sim, correm inclusive risco de vida.

Diante disso, os moradores relataram que se tivesse no bairro um posto de polícia preventiva e ostensiva, talvez evitaria algumas ocorrências e poderia não haver tanta demora quando precisam solicitar uma viatura policial no bairro.

Realmente nenhum bairro da cidade possui posto policial, por ser um município pequeno, existe apenas a companhia de polícia que fica localizada no Bairro Jardim Maily próximo a prefeitura da cidade, há mais de 3 km de distância do Bairro Céu Azul.

Relataram também, a falta de oportunidade do primeiro emprego aos jovens moradores do bairro. Pude tomar conhecimento de vários relatos de distinção e discriminação ao descobrirem que são residentes do bairro.

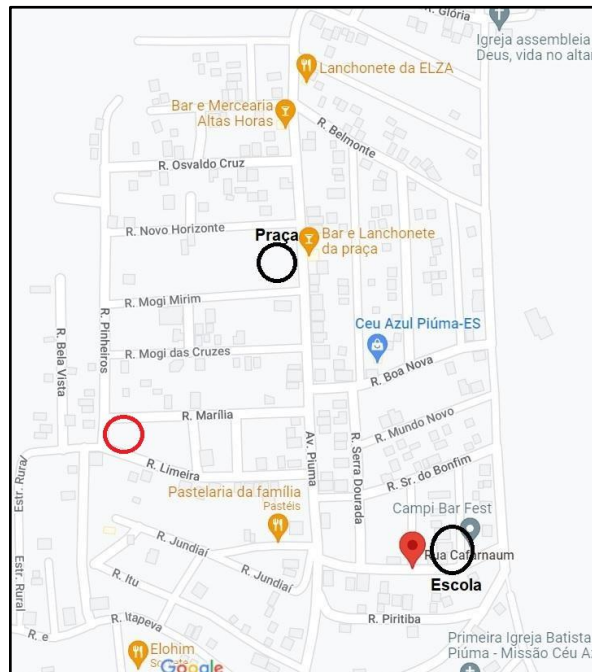
O que também é um fator de preocupação a falta de oportunidade de primeiro emprego, e impacta diretamente no desespero para a subsistência, e na segurança pública.

Ao serem perguntados sobre o que fazer de lazer no bairro, a maioria relatou que se sentar na porta de suas casas para conversar é o que a maioria faz todos os dias. Alguns relatam que o lazer é ir à igreja, em sua maioria evangélica que tem culto quase todos os dias e outros a frequência em bares para conversar com os amigos e distrair após o serviço. As crianças, possuem em sua maioria a rua para brincar.

E mesmo sem terem conhecimento dos benefícios de um lugar público de lazer pode trazer para a Segurança Pública, os moradores também reivindicam a melhoria e término da Praça Saudável. Os moradores por saberem que ali já existe uma obra não finalizada, pedem apenas que ela seja finalizada. Não conseguem distinguir se ali é o local ideal para que tenha uma área de lazer que atenda todo o bairro.

Analisando a localização da Praça Saudável, ela realmente atende a parte alta do bairro, uma vez que a parte baixa atualmente possui a escola do bairro que atende a programas de integração da comunidade, como já mencionado, as aulas de zumba/dança, ginástica, futebol de salão, etc.

Também foi detectado, um local centralizado que contribui para complementar os locais públicos de lazer já existentes no bairro. A localidade entre a Rua Limeira e Rua Pinheiro atende à necessidade dos moradores do “Morro dos baianos”, localidade vista como mais perigosa e isolada do bairro. Tal local é visto dessa forma, porém, possui crianças e jovens residindo nessa localidade.

FIGURA 21. Mapa distância da Praça, Escola e nova área proposta

FONTE: Google maps adaptado (2022).

Algumas considerações extraídas das observações, é que os moradores pedem e acreditam que precisam de coisas básicas, coisas que geralmente as pessoas têm naturalmente, porém, quando estamos em uma outra realidade, percebemos que em muitos lugares faltam o básico, e oferecendo o básico, conseguimos evoluir e atender as demais necessidades. Como no caso da ausência do transporte público.

Durante a pesquisa, a prefeitura melhorou a iluminação da Praça Saudável e os próprios moradores deram manutenção com material disponibilizado pelos vereadores do município.

Os moradores pedem o básico, transporte público, saneamento básico, oportunidade de emprego para os jovens, projetos que ajudem as crianças e jovens a não entrarem no mundo das drogas. E dessa forma, não conseguem dar prioridade para demais coisas que possam melhorar a vida em sociedade.

Mesmo com toda essa ausência de atenção do poder público, os moradores percebem a importância da Praça Saudável, pois segundo suas próprias palavras “não há nenhum local para as crianças brincarem, exceto a rua”.

CONCLUSÃO

Essa pesquisa investigou a utilização das intervenções urbanas aplicadas como estratégia para diminuir a criminalidade na comunidade do Céu Azul em Piúma-ES. Foi analisado a segregação socioespacial e a violência urbana na cidade, as formas como a violência alteram um território e diminuem a qualidade de vida dentro de uma comunidade.

Foi verificado o uso dos espaços livres para a Segurança Pública, utilizando o caso concreto da cidade de Medellín e a teoria da prevenção do crime através do desenho urbano (CPTED). Desde essas análises, foi exposto as características da Comunidade do Céu Azul, a caracterização socioespacial do bairro e o perfil socioeconômico e o mapeamento de vulnerabilidades da região considerando o combate ao crime.

Enfatizou a segregação socioespacial como um processo de diferenciação das classes sociais em um território. O modo como a divisão do espaço público impacta nas dificuldades de acesso a bens primordiais da vida social digna, tal como o acesso a moradia, ao transporte, a acessibilidade, ao lazer e a Segurança Pública.

A pesquisa investigou as garantias dos serviços públicos de qualidade em um território para a promoção da Segurança Pública de um território.

Foi explorado os significados da violência pública, do uso da força física e do aumento do crime nas cidades. Considerou a violência como uma ocorrência complexa, permeada por ambiguidades e as estratégias de combate ao crime. Analisou-se a insegurança e o medo na vida das pessoas, o sistema de justiça criminal, a desigualdade social e a segregação urbana.

Foram observados a existência de espaços urbanos sem lei que aumentam no contexto da violência urbana. A criminalidade foi investigada em vista da estruturação do espaço urbano, trazendo o tema da Segurança Urbana na distribuição de espaços livres de uso público que possibilitariam diminuir a insegurança social.

Essa pesquisa explorou a questão da violência e das vulnerabilidades urbanas, os impactos da modificação do espaço urbano na prevenção do crime, e a forma como a remodelação do desenho urbano pode impedir ocorrências criminosas.

Estudou-se as ações preventivas de combate à criminalidade, os usos dos espaços livres da cidade e a efetivação dos mecanismos de manutenção da Segurança Urbana.

Foram expostas as teorias modernas que relacionam crime e espaço urbano, a “*Defensible Space Theory*”, “*Broken Windows Theory*” e a teoria de atividades rotineiras; o planejamento do espaço urbano e a efetivação da segurança.

Analisando a teoria “broken windows” e a degradação do meio público ante as contribuições da teoria da “*Environmental Criminology*”. Considerou-se os papéis da lei, do criminoso, do alvo e do lugar e os seus desdobramentos para a ocorrência do crime. O enfoque maior foi dado a teoria do *Crime Prevention Through Environmental Design* - CPTED e a forma como o ambiente pode influenciar o comportamento humano, e todo o design dos espaços urbanos podem modificar a incidência das práticas criminosas.

Entendendo a teoria do CPTED e as questões de controle natural de acesso, a vigilância natural e a territorialidade. Os modos como a presença de guardas, de cadeados e portões; da visibilidade de janelas e presença de vizinhos; da territorialidade e apropriação dos sujeitos permite diminuir a violência urbana.

Foi analisado os espaços livres das cidades como um direito relacionado com a autonomia, a igualdade e a manutenção da vida segura. Foi exposto a estruturação de uma cidade viva, que permita as pessoas caminhar, pedalar e realizar atividades de convívio comunitário servem para o combate da violência e o aumento da Segurança Pública.

Em um estudo etnográfico realizado entre os meses de agosto de 2021 a maio de 2022. Composto por 15 (quinze) dias de visita ao bairro, com uma média de 03 (três) horas por visita. Pode ser verificado uma lista extensa de necessidades dos moradores como comunidade.

Essas necessidades, a maioria delas, básicas para a dignidade e garantidas constitucionalmente. Porém, como vivem em uma situação de ausência de cuidados dos órgãos públicos, os moradores reclamam de coisas do dia-a-dia, coisas que a grande maioria das pessoas possuem e não imaginam um mundo que não o possua.

Detectando, ausência de iluminação pública; áreas isoladas dominadas por atividades ilícitas; programas sociais cancelados; falta de transporte público; e a obra não finalizada da Praça Saudável (sendo o único local para as crianças brincarem no bairro).

Através da localização dos espaços públicos mais usados pelos moradores do bairro, sendo a praça saudável (mesmo não terminada, teve um suporte e melhoria da iluminação recentemente) e a escola do bairro (que recebe os projetos sociais de dança, ginástica e futebol). Fica orientado que a estruturação de um espaço público de lazer entre as ruas Limeira e Pinheiro atenderia às necessidades dos moradores, pela distância entre os demais espaços e por estar no começo da localidade conhecida como “Morro dos Baianos”, visto pelos moradores pela região mais perigosa e presente de atividades ilícitas.

Mesmo sabendo que não é usual e nem recomendado a localização como lugar ideal para que se insira um projeto de lazer público, porém, percebe-se que dentro do bairro e da vivência social, a localização seria bem aceita pelos moradores. Talvez passe uma visão de lembrança daquelas pessoas, que estão esquecidas e segregadas até mesmo entre os demais moradores locais, importante lembrar que esses moradores possuem filhos crianças e adolescentes, que precisam de uma nova perspectiva e oportunidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADORNO, Sergio. **Exclusão socioeconômica e violência urbana**. Sociologias, 4(8), 84-135, 2002.

ALMEIDA, Paulo Fernandes de; PROCOPIUCK, Mario. **Segurança e gestão urbana: uma análise crítica da produção científica nacional**. Revista Brasileira de Segurança Pública. São Paulo v. 15, n. 1, 40-57 fev/mar 2021.

ALI, Pamella Cosme; JESUS, Luciana Aparecida Netto de; RAMOS, Larissa Letícia Andara. **Espaços livres de uso público no contexto da segurança urbana**. Ambiente Construído, Porto Alegre, v. 20, n. 3, p. 67-86, jul./set. 2020.

ARABI, Mahdi; NASERI, Taraneh Saberi; JAHDI, Roghayeh. **Use All Generation of Crime Prevention through Environmental Design (CPTED) for Design urban Historical Fabric (Case Study: The central area of Tehran Metropolis, Eastern Oudlajan)**. Ain Shams Engineering Journal Volume 11, Issue 2, June 2020, Pages 519-533.

BAUMAN, Zygmunt. **Confiança e medo na cidade**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2009.

_____, Zygmunt. **Cultura como práxis in: Ensaio sobre o conceito de cultura**. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

BEATO F, Cláudio. Determinantes da criminalidade em Minas Gerais. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 13, n. 37, 1998.

BODART, C.D.N et al. (Org). **Histórias e Estórias de Piúma**. Cachoeiro de Itapemirim: Gracal, 2014.

BRASIL. Lei nº 10.257 de 10 de julho de 2001. **Estatuto da Cidade**. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2001.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **Cidade de Muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo**. Tradução de Frank de Oliveira e Henrique Monteiro – São Paulo: 2ª Ed. Edusp, 2003.

CARBONARI, Flávia. **Relatório Técnico: Cidades mais seguras**. Corporação Andina de Fomento., 2020. Disponível em: https://scioteca.caf.com/bitstream/handle/123456789/1862/Relat%C3%B3rio%20T%C3%A9cnico%201_%20O%20papel%20dos%20governos%20locais%20brasileiros%20na%20promo%C3%A7%C3%A3o%20de%20uma%20abordagem%20preventiva%20integral%20da%20Seguran%C3%A7a%20Cidad%C3%A3.pdf?sequence=4&isAllowed=y. Acesso em: 20 abr. 2022.

CAVALCANTI, Lana de Souza. ARAÚJO, Manoel Victor Peres. **SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL NO ENSINO DE GEOGRAFIA: um conceito em foco.** *Acta Geográfica*, Roraima, Edição Especial: Ensino de Geografia, p. 140-159, 2017.

Cidades: dilemas, desafios e perspectivas [livro-eletrônico]/Alex Ferreira Magalhães (organizador) ... [et al.]. Rio de Janeiro: UVA, 2020.

DANTAS, Régis Façanha. **Violência e vulnerabilidades urbanas: Teoria da ambiência restritiva.** *Dilemas, Rev. Estud. Conflito Controle Soc.* Rio de Janeiro, Vol. 15, no 1, jan. abr. 2022, pp. 277-302. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/dilemas/a/BHxcTR35FjHfTcJ8WtTr8hN/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 20 abr. 2022.

De Paula HC, Daher DV, Koopmans FF, Faria MGA, Lemos PFS, Moniz MA. No place to shelter: ethnography of the homeless population in the COVID-19 pandemic. *Rev Bras Enferm.* 2020;73(Suppl 2):e20200489. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/0034-7167-2020-0489>

DIAS, Marina Simone; ESTEVES JUNIOR, Milton. **O espaço público e o lúdico como estratégias de planejamento urbano humano em: Copenhague, Barcelona, Medellín e Curitiba.** *Cad. Metrop.*, São Paulo, v. 19, n. 39, pp. 635-663, maio/ago 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cm/a/QmYsNQG4LwkY5zNqCVtZg9n/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 20 abr. 2022.

FERNANDES, Edésio. **Direito urbanístico.** Belo Horizonte: Del Rey, 1998.

GEHL, J. **Cidade para Pessoas.** São Paulo: Perspectiva. 2014.

HIDALGO et al, David. **Violência urbana e políticas de segurança: análise em quatro cidades latino-americanas.** *Eure*, vol. 47, n 141, maio 2021. Disponível em: <https://www.scielo.cl/pdf/eure/v47n141/0717-6236-eure-47-141-0165.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2022.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Piúma.** Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/es/piuma/panorama>. Acesso em: 02 de mar 2021

ITDP, Instituto de Políticas de Transporte e Desenvolvimento. **Parcerias para a gestão de espaços públicos.** ITDP Brasil, 2020. Disponível em: https://itdpbrasil.org/wp-content/uploads/2020/09/Relat%C3%B3rio_Parcerias-para-a-gest%C3%A3o-de-espa%C3%A7os-p%C3%BAblicos.pdf. Acesso em: 20 abr. 2022.

Instituto Histórico e Geográfico de Piúma, 2022. Disponível em: <https://ihgpiuma.wixsite.com/inicial/historia-politica>URL. Acesso em: 25, mai 2022.

JACOBS, Jane. **Morte e vida de grandes cidades.** 3. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013.

KAHN, Túlio. **Indicadores em prevenção municipal da criminalidade**. In: SENTO-SÉ, João Trajano (Org.). *Prevenção da violência: o papel das cidades*. São Paulo: Civilização Brasileira, 2005.

LIMA, Dália Maria Maia Cavalcanti. A violência urbana e a sensação de insegurança nos espaços públicos de lazer das cidades. **Geoconexões**, v. 2, n. 1, 2015.

LINCH, Kevin. **A imagem da cidade**. (M. C. T. Afonso, Trad.) São Paulo: Edições 70, 2009.

LIRA, Pablo Silva. **Geografia do crime e arquitetura do medo [recurso eletrônico]: uma análise dialética da criminalidade violenta e das instâncias urbanas** - 2. ed. - Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrópoles, 2017.

LOPES, A. T. **Piúma (ES) - “cidade das conchas”:** uma análise do artesanato como ícone de patrimônio local. 2016.148f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória - ES, 2016. Disponível em: [https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFES_6e7e8f9e76615291b619b4d29f86f97b#:~:text=DAS%20CONCHA...-,%20PI%20C3%29AMA%20\(ES\)%20%2D%20CIDADE%20DAS%20CONCHAS%3A%20UMA%20AN%20C3%28LISE%20DO,um%20exerce%20sobre%20o%20outro.](https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFES_6e7e8f9e76615291b619b4d29f86f97b#:~:text=DAS%20CONCHA...-,%20PI%20C3%29AMA%20(ES)%20%2D%20CIDADE%20DAS%20CONCHAS%3A%20UMA%20AN%20C3%28LISE%20DO,um%20exerce%20sobre%20o%20outro.) . Acesso em: 05 de mai 2022.

MACEDO et al, Silvio Soares. **Os sistemas de espaço livres na constituição da forma urbana contemporânea no Brasil: produção e apropriação (Quapá-Sel II)**. Paisagem Ambiente: Ensaios, n. 30, 2012. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/paam/article/view/78112/82200>. Acesso em: 22 abr. 2022.

MACEDO, Silvio Soares. **Quadro do Paisagismo no Brasil**. São Paulo: Pancrom, 1999.

MARICATO, Ermínia. Autoconstrução, a arquitetura possível. In: MARICATO, Ermínia (org). **A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial**. São Paulo. Editora Alfa-Ômega, 2ª ed., 1982, p. 71-93.

_____, Ermínia. **Brasil, cidades**. Petrópolis: Vozes, 2001.204p.

MASIERO, Érico. Medellín. **Onde os fracos não têm vez**. Arquiteturismo, São Paulo, ano 08, n. 093.02, Vitruvius, nov. 2014. Disponível em: <https://vitruvius.com.br/index.php/revistas/read/arquiteturismo/08.093/5407>. Acesso em: 22 abr. 2022.

MATTOS, Rossana Ferreira da Silva. **Expansão urbana, segregação e violência: um estudo sobre a Região Metropolitana da Grande Vitória**. Vitória: EDUFES, 2013, 216 p.

MEDEIROS, Livia Quirino Melo; SANTIAGO, Danilo Roberto Pereira. **Segurança Pública: opinião de moradores sobre a prática do lazer enquanto mecanismo de redução dos indicadores de violência**. Licere, Belo Horizonte, v.20, n.2, jun/2017.

Disponível em: <https://docs.bvsalud.org/biblioref/2021/03/875186/1650-texto-do-artigo-5295-1-10-20170713.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2022.

MELO, Silas Tiago O. MATOSO, Soraya Érica Rodrigues. **CURRÍCULO PARA CRIANÇAS 5º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL: CAINDO NA REAL/D.A.R.E.** (D.A.R.E.'s keepin' It REAL Elementary Curriculum). America; PMMG; tradução de Silas Tiago O. Melo e Soraya Érica Rodrigues Matoso. – Belo Horizonte: PMMG, 2013.

MENDOZA, Eneida Maria Souza. **Apropriações do espaço público: alguns conceitos.** Estudos e pesquisas em Psicologia, UERJ, ano 7, n. 2, 2007. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/epp/v7n2/v7n2a13.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2022.

MISSE, Michel. Violência e Teoria Social. **Dilemas: Revista de Estudos e Conflito e Controle Social**, São Paulo, v. 9, n. 1, p. 45-63, 2016.

MUGGAH et al, Robert. **Tornando as cidades mais seguras: inovações em segurança cidadã na América Latina.** Instituto Igarapé, 2016. Disponível em: https://igarape.org.br/wp-content/uploads/2016/09/AE-20_Tornando-as-cidades-mais-seguras-Inovacoes-em-seguran%C3%A7a-cidada-na-America-Latina-WEB-set.pdf. Acesso em: 24 abr. 2022.

NEVES, Ana Veronica Cabral. **O crime e o contexto: dos estudos de caso em Lisboa.** (Tese de doutorado em Ecologia Humana). Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa. Janeiro, 2019.

PAVIANI, Jaime. **Conceitos e formas de violência.** [online]. Caxias do Sul, RS: Educus, 2016. Disponível em: chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcgiclfindmkaj/https://www.ucs.br/site/midia/arquivos/ebook-conceitos-formas_3.pdf. Acesso em 20 de abril de 2021

PIROOZ FAR et al, Poorang. **Crime prevention in urban spaces through environmental design: A critical UK perspective.** Cities 95, 102411, 2019.

PIÚMA. **Lei municipal nº 1.656, de 03 de dezembro de 2010.** Institui o Plano Diretor Municipal. Disponível em: https://www.piuma.es.gov.br/uploads/filemanager/Legislacao/Lei_1656_-_PDM.pdf. Acesso em: 01 de mai. 2022.

PNUD. **Convivência e segurança cidadã: reflexões por uma nova abordagem de segurança pública.** Brasília: PNUD, Conviva, 2016.

RICARDO, Carolina de Mattos; SIQUEIRA, Paloma Padilha de; MARQUES, Cristina Redivo. **Estudo conceitual sobre os espaços urbanos seguros.** Fórum Brasileiro de Segurança Pública, Nota Técnica, 2014. Disponível em: https://forumseguranca.org.br/storage/publicacoes/lote_02_2016_12_12/FBSP_Estudo_conceitual_espacos_ubanos_seguros_2014.pdf. Acesso em: 24 abr. 2022.

ROSA, Maria Edinete; SOUZA, Lídio de; OLIVEIRA, Daniela Moraes de; COELHO, Bianca Izoton. **Violência Urbana, Insegurança e Medo: Da Necessidade de Estratégias Coletivas.** Psicologia, Ciência e Profissão, UFES. P. 826-839, 2012.

ROY, Ananya; ALSAYYAD, Nezar. **Modernidade Medieval: Cidadania e urbanismo na era Global**. Revista *Novos Estudos*. 2009, Disponível em: <https://www.scielo.br/j/nec/a/XpYbWfJBWNMGd8xnQ4ndNMN/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 15 de junho de 2021.

SANTOS, Jader Silva dos; COSTA, Isângelo Senna da. **Prevenção Criminal pelo Design do Ambiente: Crime e Medo do Crime em um Bairro de Classe Média Alta**. In: Encontro de Administração da Justiça - EnAJUS 2019, 2019, Brasília. Encontro de Administração da Justiça - EnAJUS 2019, 2019. Disponível em: <http://www.enajus.org.br/anais/assets/papers/2019/282.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2022.

SANT'ANNA, Maria Josefina Gabriel; CARNEIRO, Sandra de Sá. **O território da perspectiva das ciências sociais: Espacialidade urbana, usos e apropriação de espaços públicos - estudo de duas praças na cidade do Rio de Janeiro**. In: PENALVA, A., CORREIA, A.F., MARAFON, G.J., and SANT'ANNA, M.J.G., eds. Rio de Janeiro: uma abordagem dialógica sobre o território fluminense [online]. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2018, pp. 169-189. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/tkysm/pdf/penalva-9788575115169-08.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2022.

SERVA, M.; JAIME JUNIOR, P. Observação participante pesquisa em administração: uma postura antropológica. **Revista de Administração de Empresas**, v. 35, n. 3, p. 64-79. São Paulo, Jun 1995. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rae/a/SqcgJvLpdHDS5VHx3XNq9Sy/?lang=pt>. Acesso em 04 abr. 2022.

SOUZA, Luís Antônio Francisco de. **Violência, crime e políticas de segurança pública no Brasil contemporâneo**. In.: SOUZA, LAF., org. Políticas de segurança pública no estado de São Paulo: situações e perspectivas a partir das pesquisas do Observatório de Segurança Pública da UNESP [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/7yddh/pdf/souza-9788579830198-02.pdf>. Acesso em: 22 abr. 2022.

TOLEDO, Fabiane dos Santos; SANTOS, Douglas Gomes dos. **Espaços livres de construção**. Rev. SBAU, Piracicaba, v.3, n.1, mar. 2008, p. 73-91.

VALENCIO, Norma Felicidade Lopes da Silva et al. **Pessoas em situação de rua no Brasil: Estigmatização, desfiliação e desterritorialização**. RBSE – Revista Brasileira de Sociologia da Emoção, v. 7, n. 21, pp. 556 a 605, dezembro de 2008.

VALLADARES, Licia. A gênese da favela carioca. A produção anterior às ciências sociais. **Revista Brasileira de Ciências Sociais** [online]. 2000, v. 15, n. 44 [Acessado 14 Julho 2022] , pp. 05-34. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-69092000000300001>. Epub 06 Abr 2001. ISSN 1806-9053. <https://doi.org/10.1590/S0102-69092000000300001>.

VASCONCELOS, Pedro de Almeida. A aplicação do conceito de segregação residencial ao contexto brasileiro em longa duração. **CIDADES - Revista Científica**, São Paulo, Grupo de Estudos Urbanos, v. 1, n. 2, p. 259-274, 2004.

VELOSO, Roberto Carvalho; COSTA, Mauricio José Fraga. **As lições de Medellín: intervenções urbanísticas versus qualidade de vida versus redução da criminalidade.** Revista Direito Mackenzie, v. 12, n. 2, 2018. Disponível em: http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/documentacao_e_divulgacao/doc_biblioteca/bibli_servicos_produtos/bibli_informativo/bibli_inf_2006/Rev-Dir-Mackenzie_v.12_n.02.09.pdf. Acesso em: 22 abr. 2022.

VÉRAS, Maura Pardini Bicudo. Cortiços no Brás: velhas e novas formas da habitação popular na São Paulo industrial. **Revista Análise Social**, São Paulo, v. xxix, p. 599-629, 1994

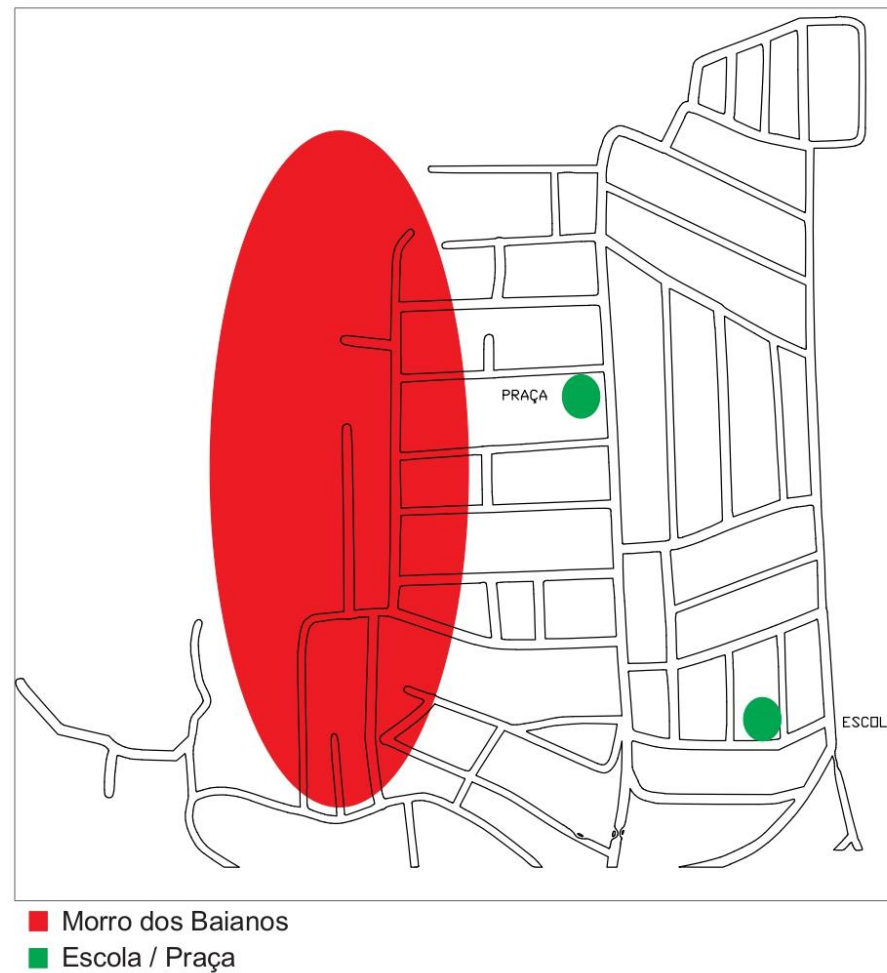
VIEIRA, Amanda Monteiro. **O desenho urbano como estratégia no incremento da percepção de Segurança no espaço público.** Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Nova de Lisboa. Setembro, 2018. Disponível em: https://run.unl.pt/bitstream/10362/56403/1/Amanda%20Vieira_disserta%C3%A7ao%20MUSOT.pdf. Acesso em: 22 abr. 2022.

WORLDBANK. **Prevenção comunitária do crime e da violência em áreas urbanas da América Latina: um guia de recursos para o mundo.** Latin America and Caribbean Region. Novembro, 2003. Disponível em: <https://documents1.worldbank.org/curated/en/933571468266714236/pdf/320640PORTUGUE1eGuide1urbanviolence.pdf>. Acesso em: 22 abr. 2022.

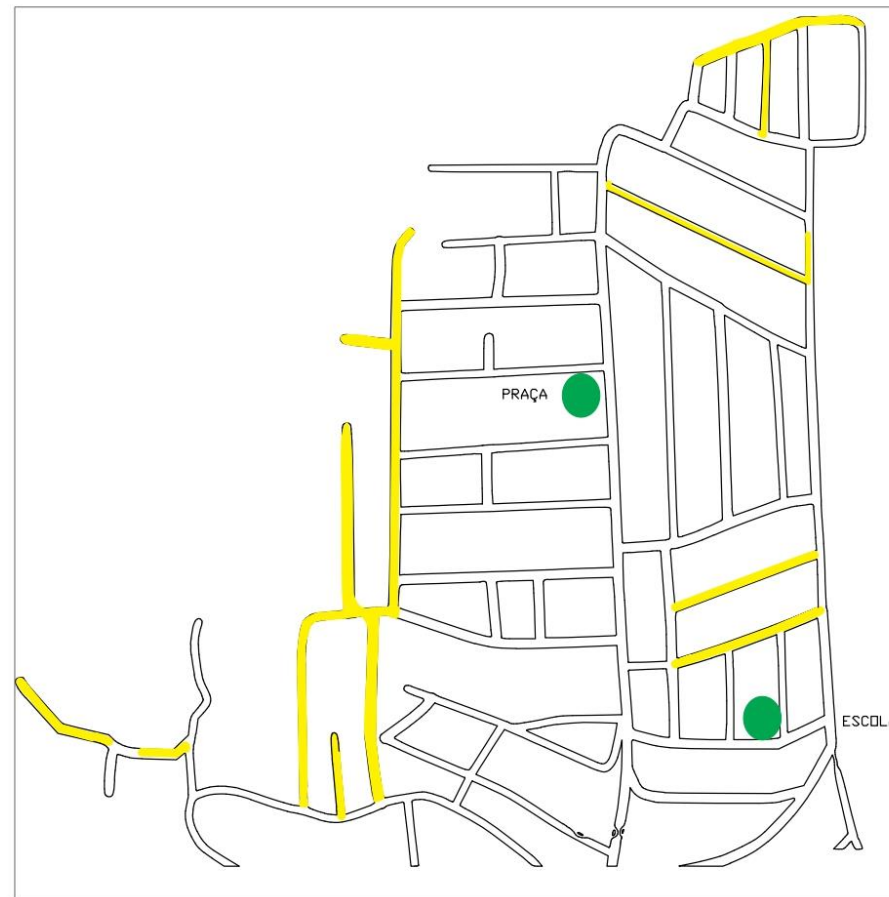
ZALUAR, Alba. **Um debate disperso: violência e crime no Brasil da redemocratização.** São Paulo em Perspectiva [online]. 1999, v. 13, n. 3 [acessado 23 Julho 2021], pp. 3-17. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0102-88391999000300002>>. Epub 02 Dez 2004. ISSN 1806-9452. <https://doi.org/10.1590/S0102-88391999000300002>.

APÊNDICE

Mapa de Vulnerabilidade

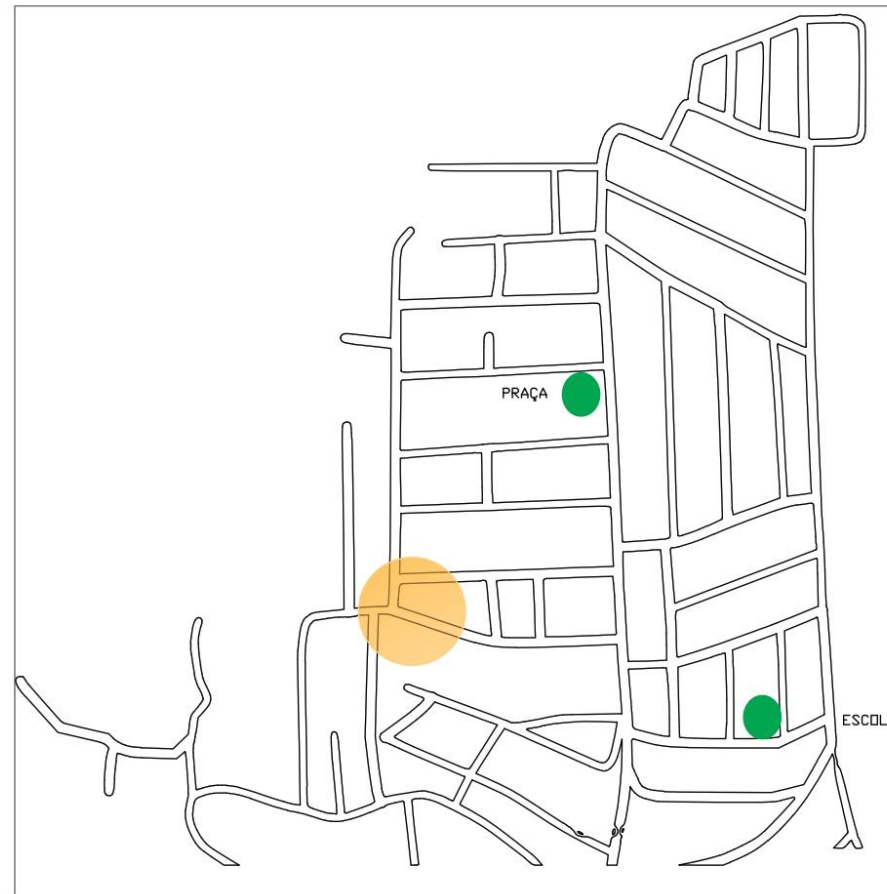


Mapa de Iluminação



- Ruas com pouca iluminação
- Escola / Praça

Mapa de Intervenção Urbana



- Intervenção Urbana Proposta
- Escola / Praça

Apêndice II – Produto Técnico

CPTED

Prevenção
Criminal através
do espaço
construído.

**Cartilha de Boas Práticas do CPTED
para a Segurança Pública.**

FEV. 2020 // PREPARADO POR DAVI SILVA

APRESENTAÇÃO

Esta cartilha traz conceitos e informações técnicas com a finalidade de orientar as ações de gestores, quanto a aplicação dos princípios do CPTED.

Nesta cartilha, abordamos o assunto, de forma clara e com uma linguagem simples, para auxiliar a prevenção de crimes através do desenho urbano.

Organizadores:

Mestrandos em Segurança Pública
Universidade de Vila Velha - 2022

Luciana Teixeira Motta

Profº Drº Marco Aurélio Borges Costa.

SUMÁRIO

- **Prevenção Criminal Através do Espaço Construído.....4**
 - Vigilância Natural.....6
 - Controle Natural de Acessos.....7
 - Reforço Territorial8
 - Manutenção e Gestão.....9
- **Referências.....10**

Prevenção Criminal através do Espaço Construído

A Prevenção Criminal Através do Espaço Construído, tradução para a sigla CPTED (Crime Prevention Through Environmental Design), tem como objetivo na utilização adequada do espaço construído como instrumento de tentar reduzir comportamentos criminosos, diminuindo também a sensação de insegurança do espaço aplicado. O que, por sua vez, influencia diretamente na melhoria da qualidade de vida dos cidadãos do entorno.

Diferente das medidas mais comuns aplicadas para garantia da segurança, a CPTED promove soluções de significativa qualidade e agradabilidade visual como respostas de primeira linha para conferir aos espaços construídos uma legítima utilização.

O conceito de CPTED pode ser adotado sem interferir com o normal uso do espaço. É de fácil aplicação e produz benefícios econômicos, especialmente se for implementado nas fases iniciais de planejamento e concepção de projetos urbanísticos



PRINCÍPIOS

Os quatro princípios da CPTED são:

- Vigilância natural;
- Controle natural de acessos;
- Reforço territorial; e
- Manutenção e gestão.



Apesar de todos os princípios estarem intimamente relacionados, é importante explicá-los separadamente, para mais fácil compreensão e aplicação, pois podem ser aplicados separadamente. Na prática, os quatro princípios CPTED constituem-se como diferentes técnicas para lidar com as questões da segurança no ambiente físico construído. No que diz respeito aos primeiros dois princípios, o termo “natural” resulta da vigilância e controle de acessos como produto resultante da habitual rotina de utilização do espaço.



VIGILÂNCIA NATURAL

A vigilância (ou como legitimizar eyes on the street) aumenta a percepção do risco por parte dos delinquentes. Neste sentido, a vigilância natural pode aumentar o risco para o autor do delito se aqueles que estiverem atentos aos seus movimentos se dispuserem a agir perante uma potencial situação de perigo ou insegurança. O objetivo primário da vigilância natural controlar visualmente a intrusão.

A vigilância natural pode ser conseguida por diferentes técnicas, por exemplo, através da intensidade da utilização dos espaços pelas atividades econômicas ou lúdicas, gerando um aumento do controle do espaço (através de um maior número de observadores) junto de potenciais áreas de crime ou insegurança. O recurso aos materiais transparentes, o aumento do número de janelas, uma boa iluminação, e a remoção de obstruções visuais podem ser opções que melhoram o campo de observação a partir dos edifícios.



CONTROLE NATURAL DE ACESSO

O controlo natural de acessos é um princípio da CPTED que se baseia na disposição de elementos naturais como arbustos ou vegetação semelhante, bem como estruturas físicas: portas, cercas ou muros que dão indicações às pessoas relativamente à legitimidade da sua permanência num determinado espaço. O controlo natural de acessos pode ser aplicado em espaços privados ou estabelecimentos comerciais através da utilização adequado de fechaduras, cadeados, portas ou janelas que produzem o efeito de barreira.

Existindo transições do espaço privado para o semiprivado, a aplicação deste princípio requer maior atenção. A colocação adequada de entradas, saídas, cercas ou muros, espaços ajardinados e iluminação pode orientar quer os percursos pedonais, quer a circulação viária, de forma a mitigar oportunidades para o crime.

Em áreas públicas, o controlo natural de acesso, busca a orientação física das pessoas indo e vindo em um espaço pela colocação judicious de entradas, saídas, cercaduras, ajardinados e iluminação. Nega-se o acesso aos locais que possivelmente poderão ser alvos de agressões e cria-se nos agressores uma sensação de risco. Consegue-se por meio de rotas, passeios e elementos estruturais que indiquem claramente a direção que as pessoas em geral devem seguir, desencorajando o acesso indevido a áreas privadas.



REFORÇO TERRITORIAL

Esse Princípio se traduz através de fronteiras claras entre espaço público e privado, podem ser alcançadas através de elementos físicos que expressam uma ideia de apropriação, como por exemplo: cercas, muros, muretas, sebes, relevo, diferentes pavimentos, elementos artísticos, sinalética, boa manutenção e jardins. A identificação de intrusos é muito mais facilitada nestes espaços bem definidos.

O reforço territorial pode ser alcançado quando um determinado espaço, pela sua legibilidade, transparência e clara definição, desencoraja potenciais delinquentes devido à familiaridade que os utilizadores legítimos do local estabelecem entre si e com o meio.

Na figura acima, o campo de futebol contribui com reforço territorial, haja vista que existe certa harmonia entre o uso proposto, o design e o uso real.



MANUTENÇÃO E GESTÃO

Este princípio está relacionado com o sentimento de pertença ou apropriação e zelo que os utilizadores demonstram na sua relação com o espaço, como por exemplo a forma como os moradores de um bairro residencial cuidam dos espaços comuns.

A manutenção e a imagem de um lugar podem ter um impacto significativo na forma como será escolhido para desenvolver atividades não desejadas. Outro aspecto deste princípio refere-se à preocupação territorial, coesão social e um sentimento de segurança em geral que podem ser reforçados através do desenvolvimento da identidade e da imagem da comunidade. Esta abordagem pode melhorar não apenas a imagem que a população tem de si própria e do seu local de residência e responsabilidade, mas também a imagem que é transmitida aos estranhos ao local.

Podemos perceber a aplicação desse princípio junto com as hortas comunitárias, como na fotografia acima.

A manutenção e gestão dos espaços devem ser consideradas de significativa importância, logo desde as fases de planejamento e projeto. A escolha dos materiais e dos acabamentos tem um impacto significativo nos regimes de manutenção, que podem ser sustentados ao longo do tempo. Por exemplo, na escolha do tipo de vegetação deve considerar-se o tamanho no período de maturidade, para evitar a obstrução dos campos de observação mais tarde. Os programas e eventos sociais demonstram o grau de adesão de uma comunidade a manutenção e gestão de uma área.



REFERÊNCIAS

- FERNANDES, Luís Fiães - Jacobs, Newman e C. Ray Jeffery. Contributos para a prevenção da criminalidade, pp. 33 – 60, in VALENTE, Manuel Monteiro Guedes (Coord.), *Urbanismo, Segurança e Lei*. Tomo I, Almedina, Coimbra, 2007
- GEHL, J. *Cidade para Pessoas*. São Paulo: Perspectiva. 2014.
- JACOBS, Jane. *Morte e vida de grandes cidades*. 3. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013.
- MACHADO, P. e NEVES, A.V. (coord.) (2001). *Segurança pública e Desenvolvimento urbano, a prevenção do crime através do espaço construído*. Série Política de Cidades, 7. Lisboa: DGOTDU.
- VELOSO, Roberto Carvalho; COSTA, Mauricio José Fraga. As lições de Medellín: intervenções urbanísticas versus qualidade de vida versus redução da criminalidade. *Revista Direito Mackenzie*, v. 12, n. 2, 2018. Disponível em: http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/documentacao_e_divulgacao/doc_biblioteca/bibli_servicos_produtos/bibli_informativo/bibli_inf_2006/Rev-Dir-Mackenzie_v.12_n.02.09.pdf. Acesso em: 22 abr. 2022.

